

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

GABRIEL MICHELETO RANGEL VILLELA

**ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS ECONOMIAS CUBANA E HAITIANA:
DE 1990 A 2010**

Porto Alegre

2012

GABRIEL MICHELETO RANGEL VILLELA

**ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS ECONOMIAS CUBANA E HAITIANA:
DE 1990 A 2010**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Heloísa Lenz

**Porto Alegre
2012**

GABRIEL MICHELETO RANGEL VILLELA

**ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS ECONOMIAS CUBANA E HAITIANA:
DE 1990 A 2010**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, 25 de junho de 2012.

Profa. Dra. Maria Heloísa Lenz - orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Pedro Silveira Bandeira
UFRGS

Prof. Me. Eduardo Pedro Corsetti
UFRGS

Em memória da minha querida avó Marilena Figueredo Rangel.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, dou graças a Deus, nosso Senhor, pelas dádivas de saúde, paz, e sucesso que me foram dadas durante toda a vida e, em especial, desde o meu ingresso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É por Sua vontade, e zelo, que estou completando a graduação nesse momento e, começando minha carreira profissional. Louve a Ele por ter me guiado serenamente pelo bom caminho, mesmo nos momentos de tribulações enfrentados ao longo desses últimos anos e por ter me dado sabedoria suficiente para enfrentar as dificuldades do mundo.

Agradeço aos meus familiares, minha mãe Marlene, meu irmão David, meu pai Luiz Alberto e sua esposa Silvia, pelo amor e carinho dispendidos comigo até hoje. Em especial, agradeço a minha avó Marilena que me criou e formou como homem e cidadão com seus pertinentes ensinamentos e, que durante sua vida, se empenhou em fazer tudo aquilo que estava ao seu alcance para me ver feliz.

Quero agradecer também aos professores e funcionários da UFRGS que conheci ao longo da minha passagem por esta universidade. Que eles continuem sendo as pessoas honradas e comprometidas que muito me auxiliaram através das lições passadas e dos serviços prestados. Dou destaque primeiramente à professora Maria Heloísa Lenz que propôs e orientou, em conjunto com seu mestrando Stefano J. C. da Silveira, a redação de um artigo científico sobre o Haiti, em 2009 – trabalho este que serviu como base para a presente monografia. E, em segundo lugar, ao professor e amigo Eduardo Pedro Corsetti do qual tenho sido, desde 2009, monitor acadêmico.

Por fim, agradeço aos amigos e colegas pelos conhecimentos compartilhados e pelos momentos de lazer que passamos juntos. E, agradeço também a sociedade brasileira que através dos tão mal distribuídos tributos contribui para o financiamento da educação pública em nosso país.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar os principais eventos que marcaram a economia, a política e a sociedade de Cuba e do Haiti nos anos de 1990 até 2010, a fim de verificar se com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e o início do processo de democratização haitiana, aqueles países iriam se aproximar em termos de desenvolvimento humano e econômico. Além do período de vinte e um anos acima descrito, estudamos também as histórias econômicas das duas nações a fim de identificar as semelhanças, e as mudanças institucionais mais marcantes ao longo da formação de suas sociedades. Por fim, relacionamos as consequências históricas com as estatísticas atuais na tentativa de traçar um esboço do que realmente teria acontecido para que o Haiti se tornasse o país mais pobre da América Latina, enquanto Cuba viesse a figurar como importante país em termos de distribuição de renda.

Palavras-chave: Cuba; Haiti; Socialismo; Desenvolvimento econômico; História econômica.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the main events that marked the economy, politics and society in Cuba and Haiti in the years 1990 to 2010 in order to verify that with the end of the Union of Soviet Socialist Republics, and the beginning of the process Haitian democratization, those countries would be closer in terms of economic and human development. In the period of twenty-one years above described, we also studied the economic histories of the two nations in order to identify the similarities and the most striking institutional changes over the formation of their societies. Finally, we relate the historical consequences to current statistics in an attempt to draw a sketch of what had actually happened to that Haiti became the poorest country in Latin America, while Cuba would appear as an important country in terms of income distribution.

Keywords: Cuba; Haiti; Socialism; Economic development; economic history.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....	11
2.1 Teoria do crescimento de Solow.....	12
2.2 Círculo da pobreza de Nurkse.....	15
2.3 Teoria econômica do socialismo.....	18
2.4 Nova Economia Institucional.....	21
3 HISTÓRIA ECONÔMICA DE CUBA.....	25
3.1 A estruturação do período colonial: de 1510 a 1762.....	25
3.2 A consolidação do período colonial: de 1763 a 1898.....	27
3.3 A ocupação norte-americana e a independência: de 1899 a 1958.....	31
3.4 A etapa socialista: de 1959 a 1989.....	36
4 HISTÓRIA ECONÔMICA DO HAITI.....	40
4.1 Da descoberta a independência: de 1492 a 1804.....	40
4.2 A secessão do Haiti: de 1805 a 1820.....	42
4.3 Boyer, expansão e declínio: de 1821 a 1914.....	43
4.4 A invasão norte-americana: de 1915 a 1950.....	45
4.5 A ruína do Haiti: de 1951 a 1989.....	46
5 REALIDADES COMPARADAS: DE 1990 A 2010.....	49
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE A.....	69

1 INTRODUÇÃO

Através da observação das trajetórias históricas de Cuba e Haiti constatamos que ambos os países possuem grandes similaridades em termos de instituições políticas, econômicas e sociais. O passado colonial marcado pelo modelo agroexportador deixou profundas características estruturais que se fazem presentes até hoje nos povos que ali habitam. Posteriormente, o neocolonialismo e a política externa norte americana do final do século XIX também atingiram esses países de forma semelhante, mantendo-os dependentes no plano externo, mas desenvolvendo novas instituições no plano interno.

Entretanto, em meados do século XX cada um dos países vizinhos tomou um caminho totalmente oposto e radical, tendo como pano de fundo o contexto da Guerra Fria. Enquanto Cuba realiza uma revolução socialista e torna-se aliada da União Soviética e, conseqüentemente, começa a receber auxílio econômico e técnico desse país, o Haiti entra para a zona de influência externa dos EUA, aonde uma ditadura militar assume o Estado e se mantém através de financiamentos da CIA.

Por fim, nos anos 1990 surge um novo paradigma. De um lado, a queda da URSS gera uma crise sem precedentes para a economia cubana, tendo a mesma a necessidade de se reinventar, e por outro lado o Haiti que após um longo período de pauperização da sua economia, causada pelas ingerências das ditaduras militares, tem a oportunidade de desenvolver-se mediante o estabelecimento de um regime democrático no país.

Busca-se, portanto, a partir do paradigma acima descrito, estudar os indicadores econômicos e sociais do período 1990-2010 a fim de verificar o desempenho das políticas, em especial as econômicas, adotadas nos respectivos países. E ainda, realizar as conseqüentes comparações entre tais políticas, haja vista as diferenças existentes entre os sistemas econômicos capitalista e socialista.

Temos por objetivo principal estudar a evolução da economia e da sociedade cubana e haitiana ao longo dos últimos vinte e um anos, aonde se identificou uma ruptura estrutural importante nesses dois países, bem como caracterizar os pontos convergentes e divergentes das políticas econômicas adotadas em ambas as nações.

Além disso, ao longo da monografia procurar-se-á desenvolver os objetivos secundários de descrever as histórias econômicas de Cuba e Haiti, demonstrando, na medida do possível, as similaridades existentes no processo de formação de suas economias, consolidação e declínio de seus modelos agrário-exportadores, e a reorientação das atividades produtivas diante da conjuntura internacional do pós Segunda Guerra Mundial.

A hipótese fundamental consiste na premissa de que com o colapso da União Soviética, e do modelo de planejamento central da economia, Cuba sofreria uma crise econômica e teria, portanto, redução das taxas de crescimento dos seus índices de desenvolvimento. E, por outro lado, o Haiti com a instauração de um regime democrático, e consequente simpatia dos organismos de ajuda internacionais, conseguiria lograr sucesso em elevar seus indicadores econômicos e sociais.

Sabendo que o hiato existente entre os dois países no início dos anos 1990 era bastante acentuado, pressupõe-se, que dada a hipótese acima, ao final do período estudado o Haiti conseguiria equiparar o seu nível de prosperidade ao de Cuba, ou pelo menos aproximar-se de forma a deixar de ser o país mais pobre da América.

Também trabalhamos com a hipótese alternativa de que o hiato entre as economias estudadas tenha permanecido estável, ou tenha aumentado, como consequência da manutenção de instituições arcaicas – não capitalistas – no Haiti, ou ainda, como consequência do surgimento de instituições de mercado em Cuba, a despeito de que as mudanças estruturais tenham sido mais proeminentes no primeiro país do que no segundo.

A correlação entre economia e história é inegável. Os sistemas econômicos estão condicionados à evolução histórica da civilização. As ideias que constroem as teorias são formuladas em um contexto histórico em que se desenvolvem as atividades e as instituições econômicas. A pesquisa empírica sobre os fatos econômicos é levada avante com base no registro histórico das informações sobre a realidade que se propõe a analisar. A história do ambiente enriquece os resultados analíticos, e o conhecimento do quadro político e social ajuda a entender a evolução dos fatos econômicos.

É nesse ânimo que nos propomos a estudar a retrospectiva econômica de Cuba e Haiti, dando ênfase aos últimos vinte e um anos. A curiosidade em saber o

porquê países que em sua origem apresentavam semelhanças inegáveis, seguiram trajetórias tão distintas ao longo da evolução de suas economias, é o mote que guia o presente trabalho. Em especial o Haiti, que mesmo tendo sido a colônia mais rica da América, em sua época, após duzentos anos de sua constituição como nação livre ainda não conseguiu reunir as condições necessárias para o seu desenvolvimento.

A importância acadêmica de um estudo como este é evidente, uma vez que se pretende comparar os fatos empíricos dos países acima citados à luz da teoria econômica, a fim de verificar se as hipóteses propostas se sustentam. Acredita-se, portanto, que esta monografia estará cumprindo seu papel na medida em que contribuir para o enriquecimento e a difusão do conhecimento científico aprendido por seu autor ao longo dos anos em que tem sido aluno de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Dada a complexidade que envolve a análise comparada, os estudos que integram essa linha de pesquisa devem incorporar três dimensões de análise, quais sejam: a histórica, a econômica e social e a política. Ademais, essa linha de pesquisa incorpora a dimensão temporal da longa duração.

Inicialmente, baseando-se em Cardoso (1979), será utilizado o método histórico, ou seja, iremos descrever ao longo dos capítulos três e quatro os fatos socioeconômicos mais relevantes de Cuba e Haiti, desde suas origens até os anos 1990. No quinto capítulo buscar-se-á, através do método indutivo, construir explicações gerais para a atual situação em que se encontram ambos os países.

Neste capítulo iremos descrever as principais teorias econômicas que nortearam a pesquisa e o desenvolvimento do presente trabalho. Deve-se notar que todas elas buscam, mesmo que seguindo linhas divergentes no âmbito do pensamento econômico, explicar a forma como as nações se desenvolvem economicamente e o porquê algumas nações são mais prósperas que outras.

A teoria do crescimento de Solow aponta de forma genérica os elementos macroeconômicos que levam uma economia de um estado mais baixo de crescimento econômico para um patamar mais elevado. As variáveis presentes na teoria serão devidamente analisadas no quinto capítulo a fim de descobrirmos o desempenho das economias cubana e haitiana nos últimos vinte e um anos.

O círculo vicioso da pobreza de Nurkse nos traz uma forma alternativa de explicar a dificuldade que os países pobres têm de deixar essa situação, mostrando que nem sempre a ação do mercado por si só basta para gerar crescimento econômico, fazendo-se necessário a existência de ações governamentais que estimulem o desenvolvimento. Nesse sentido, apontamos desde já a carência que o Haiti apresenta na ausência de um Estado indutor – tema que trataremos ao longo da monografia.

A teoria econômica do socialismo vem demonstrar a existência do debate acerca da possibilidade do cálculo econômico racional nas economias socialistas que ocorreu durante grande parte século XX. Essa teoria serviu de base para o desenvolvimento dos países ditos comunistas, como Cuba, e nos mostra como essas nações organizam sua produção de forma alternativa ao capitalismo.

A NEI – Nova Economia Institucional –, amplamente utilizada atualmente pelo *mainstream* acadêmico das ciências econômicas, aborda a importância das instituições na promoção do desenvolvimento da economia. Apoiados nessa teoria buscaremos explicar o desenvolvimento institucional histórico dos países analisados, bem como os motivos pelos quais as hipóteses levantadas no capítulo anterior se concretizaram.

Por fim, utilizaremos como fonte de dados preferencial a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe –, através dos seus anuários estatísticos. Fazemos duas ressalvas em relação aos dados: a confiabilidade das estatísticas cubanas e o ano de 2010, quando ocorreu o terremoto no Haiti que foi considerada a maior tragédia natural daquele país. Ambos os fenômenos foram devidamente tratados na elaboração do estudo.

2.1 Teoria do crescimento de Solow

O modelo de Solow relaciona a poupança – ou investimento –, a acumulação de capital e o crescimento demográfico – todos em termos *per capita* – no intuito de explicar a variação do PIB *per capita*. A suposição básica é a de que, no equilíbrio estável, existe uma relação K/L – unidade de capital por unidade de trabalho – constante, de sorte que a taxa de crescimento do produto, dos fatores K e L e do crescimento demográfico apresenta-se como uma variável exógena, que depende de fatores biológicos e culturais, mas não das variáveis do modelo. Considerando o progresso técnico nulo, o equilíbrio estável exige que uma variação positiva da relação K/L seja acompanhada por uma variação superior do estoque de capital, em relação ao crescimento demográfico.

A equação fundamental de acumulação de capital proposta por Solow (1956) é:

$$\Delta k = sq - (n + d)k$$

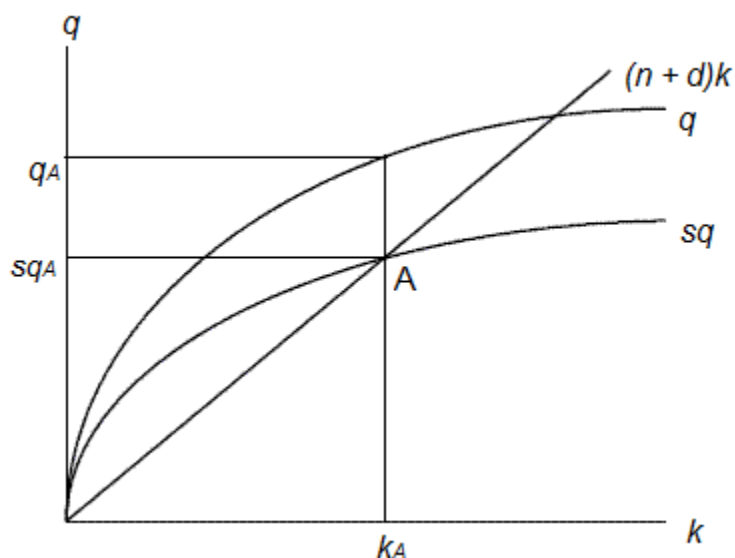
Se a força de trabalho, ou a população, cresce a uma taxa n , certa quantidade de poupança *per capita* nk deve ser usada meramente para equipar os novos ingressantes na força de trabalho com capital k , onde $k = K/L$, por trabalhador. Ao mesmo tempo, certa quantidade de poupança dk deve ser usada para substituir o

capital depreciado. Assim, no total, $(n + d)k$ em poupança *per capita* deve ser utilizado somente para manter a razão capital/trabalho constante na economia.

A poupança usada para equipar os novos trabalhadores que entram na força de trabalho é chamada alargamento do capital. A poupança utilizada para aumentar a proporção entre capital e produto, ou seja, aquela que excede $(n + d)k$ é chamada aprofundamento do capital. Portanto, a equação acima afirma que: aprofundamento do capital é igual à poupança *per capita* menos o alargamento do capital.

Outro conceito importante no modelo é o do estado estável – mostrado na Figura 1.1 –, a posição de equilíbrio no longo prazo. No estado estável – ponto A –, a capital por trabalhador atinge um valor de equilíbrio e permanece inalterado nesse nível. Em consequência, o PIB por trabalhador também atinge um estado estacionário – enquanto desprezarmos as alterações tecnológicas. Logo, no estado estável, tanto k quanto q , onde q é o PIB *per capita*, atingem um nível permanente. Entretanto esse equilíbrio não quer dizer que o crescimento econômico seja zero, de fato, no estado estável há um crescimento positivo do produto igual à taxa n , ou seja, igual ao crescimento da população.

Figura 1.1 – Representação gráfica do modelo de Solow



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Solow (1956).

Uma das conclusões da teoria é que sempre quando a economia está fora do estado estável, com capital demais ou insuficiente por trabalhador, há forças que a

empurram de volta para o equilíbrio de longo prazo. Essa característica mostra que o estado estável não somente é um ponto em que q e k permanecem inalterados, mas também que a economia tende naturalmente a se desenvolver na direção desse ponto.

Além disso, um aumento da taxa de poupança provoca um aumento permanente tanto do nível de produto *per capita* quanto da proporção capital-trabalho, mas não da taxa de crescimento do estado estável da economia. Por outro lado, uma taxa mais alta de crescimento populacional também provoca um aumento permanente da taxa de crescimento, mas com uma redução dos níveis de produto *per capita* no longo prazo. Dessa forma, nações em desenvolvimento – mais longe do estado estável –, com desemprego de trabalhadores, tendem a crescer a taxas superiores às das nações mais ricas, situadas à proximidade do equilíbrio estável.

A introdução do progresso tecnológico no modelo de Solow, deslocando a função de produção *per capita* para cima – curva q da Figura 1.1 –, implica que o mesmo número de trabalhadores e idêntico estoque de capital exercem um impacto maior sobre o nível de produção do que na situação anterior. Em outras palavras, na prática, para uma dada taxa de crescimento demográfico, precisa-se acrescentar a taxa de progresso técnico para se obter a taxa efetiva de crescimento do produto real. As produtividades do trabalho e do capital aumentam com maiores conhecimentos, mais educação e melhor saúde para os trabalhadores, assim como pelo uso de processos e máquinas mais eficientes, o que eleva o ritmo do crescimento econômico. Quanto maior o crescimento do progresso técnico em relação ao número de trabalhadores, maior será a produtividade do trabalho e tanto mais altas serão as taxas da acumulação de capital do crescimento do PIB. A importante conclusão dessa teoria é a de que o ritmo do progresso técnico determina o crescimento da renda *per capita* no equilíbrio estável de longo prazo (SOLOW, 1956).

Por fim, essas ideias podem ser estendidas para um esquema de economias abertas – originalmente o modelo de Solow era para economias fechadas – em que as taxas de poupança e investimento não precisam ser as mesmas dentro de um país. Se as taxas de juros tendem a ficar iguais entre países, a poupança vai fluir dos países ricos para os pobres em capital. Logo, a proporção capital-trabalho e PIB *per capita* tendem a convergir internacionalmente.

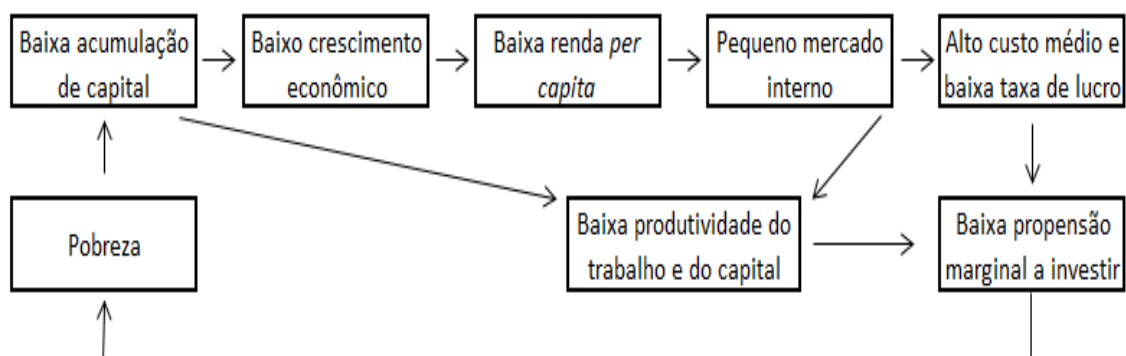
2.2 Círculo vicioso da pobreza de Nurkse

A despeito de a teoria econômica anterior mostrar que naturalmente os países tendem ao crescimento no longo prazo, alguns economistas tendo em vista a existência de condições desfavoráveis para tal feito argumentam que alguma estratégia precisa ser adotada para reduzir os custos médios da produção, elevar a taxa de lucro, atrair novos investimentos e gerar um processo acumulativo de crescimento econômico.

O crescimento com equilíbrio entre oferta e demanda foi proposto por Nurkse. Sua argumentação baseia-se no fato de que o investimento isolado nem sempre apresenta rentabilidade devido à pequena dimensão do mercado interno. Incentivos governamentais concedidos, como redução tributária e melhorias na infraestrutura, aumentam o grau de competitividade das exportações, mas podem ser insuficientes para gerar crescimento significativo. No caso de produtos manufaturados, a competição é muito fraca nos estágios iniciais do desenvolvimento. Embora fosse viável a exportação de produtos com baixa relação K/L, em função da mão-de-obra ser mais barata, a solução estaria mesmo no próprio mercado interno.

Nas economias subdesenvolvidas, porém, o crescimento fica bloqueado pelo nível baixo do investimento, explicado em parte pela insuficiência de recursos financeiros. Chega-se ao círculo vicioso da pobreza, segundo o qual um país é pobre porque é pobre.

Figura 1.2 – Representação gráfica do círculo vicioso da pobreza



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Nurkse (1968).

Conforme vemos na Figura 1.2, a acumulação insuficiente de capital gera lento crescimento econômico e não eleva a produtividade dos fatores. Estes, por sua vez, provocam baixos níveis de renda e poupança, reduzindo o mercado interno, aumentando os custos médios e baixando a taxa de lucro. A pequena propensão marginal a investir resultante fecha o círculo, o que gerará acumulação insuficiente de capital.

Nurkse afirmava que, se os países pobres devem se desenvolver, eles precisam confiar muito na industrialização em vez de apostar na produção e na exportação de matéria-prima. Os países não industrializados são quase todos de baixa renda e comercializam muito pouco entre si. Os países industrialmente ricos mostram grandes avanços na renda real *per capita*, ainda que não estejam transmitindo sua taxa de crescimento para o resto do mundo por meio de um aumento proporcional na demanda por produtos primários.

Se a produção primária para exportação não oferece oportunidades atraentes para o crescimento, a alternativa é a industrialização. Pode haver dois tipos de industrialização: aquela destinada a produzir bens manufaturados para exportar aos países industrializados e aquela voltada principalmente aos mercados internos dos países de baixa renda. O segundo tipo geralmente requer um avanço complementar na agricultura interna, enquanto o primeiro não. Nenhum tipo exige o abandono da exportação de matéria-prima que um país está naturalmente adaptado para produzir.

A produção de bens manufaturados para exportação em países industrializados oferece pouca esperança de sucesso. Portanto, as regiões pobres devem expandir o mercado local para mercadorias industrializadas. No entanto, o tamanho do mercado depende do volume de produção. A dificuldade é que a população agrícola pobre não pode comprar os bens manufaturados oferecidos, devido à baixa renda, e nem a economia local está apta a fornecer o alimento necessário para sustentar os novos trabalhadores industriais. Assim, o desenvolvimento industrial requer um aumento simultâneo da produtividade agrícola interna.

O mesmo se aplica à esfera dos manufaturados. Sozinha, uma única empresa não pode criar demanda suficiente para sua produção. Segundo Nurkse (1968, p. 43):

Assim como é possível que toda a indústria falhe se os lavradores não conseguirem produzir o excedente comercializável e forem muito pobres para comprar qualquer coisa das fábricas, também é possível que um único ramo da indústria falhe, por falta de suporte de outros setores da indústria e da agricultura, isto é, por falta de mercado.

Entretanto, existem limites para a diversificação da produção. A necessidade de manter um porte eficiente é uma consideração prática importante que geralmente limita a diversificação da indústria em qualquer país. Portanto, a industrialização voltada para o mercado interno nos países em desenvolvimento deve sempre incluir itens exportáveis. Isso é particularmente válido para países com pequeno poder de compra, que podem se beneficiar de acordos alfandegários com outros países em desenvolvimento.

O progresso econômico na visão dessa teoria não é espontâneo ou automático. Pelo contrário, forças do sistema tendem a segurá-lo em determinado nível. Porém, quando o círculo vicioso da estagnação é quebrado, as relações circulares tendem a compensar o avanço cumulativo. O investimento sincronizado de capital em uma ampla gama de mercados ampliará a indústria para todos eles, embora cada indústria, considerada separadamente, não se mostre atrativa para os investimentos. Nesse caso, a maioria das indústrias que abastecem o consumo interno é complementar, no sentido de que suprem os mercados umas das outras, fazendo com que a produtividade marginal social do capital seja maior do que a produtividade marginal privada.

Conforme Nurkse (1968), em países com baixa renda as forças que combateriam o poder da estagnação econômica devem ser deliberadamente organizadas por meio de uma direção central ou empresa estatal. Os investimentos poderiam ser feitos por empresas privadas, embora o Estado pudesse reforçar as poupanças compulsórias e, então, coordenar o investimento. A deficiência da demanda por capital surge somente no setor privado, pois para a economia com um todo ela não existiria. Portanto, a maioria dos países em desenvolvimento precisaria de uma combinação de ação privada e governamental sobre as poupanças e os investimentos.

Vemos, então, que a proposta do crescimento equilibrado oferece um caminho possível para o progresso econômico bem como para quebrar o círculo virtuoso da pobreza. Porém, esse método requer grande volume de capital, que os

países pobres têm dificuldade em adquirir. Um estratégia alternativa implementada em alguns países, como o Brasil na sua fase de industrialização, é promover o desenvolvimento com a substituição de importações, abrindo mão do crescimento equilibrado. Outra opção é encorajar os investimentos estrangeiros diretos de modo a aumentar o capital disponível para uso dos trabalhadores domésticos.

2.3 Teoria econômica do socialismo

Diversos economistas herdeiros da tradição marxista, como Enrico Barone, Fred M. Taylor, Maurice Dobb e Paul M. Sweezy, entre outros, articularam uma teoria de sistema econômico alternativo ao capitalismo que, segundo seus autores, deveria resultar em eficiência e bem-estar máximo para toda a sociedade. Eles demonstraram teoricamente que é possível a planificação total de uma economia, baseando-se na eficiência estática.

Nessa seção vamos nos ater ao modelo conhecido como socialismo de mercado, de Oskar Lange. Este sistema é caracterizado pela propriedade privada dos bens de consumo e liberdade de escolha de consumo dos bens disponíveis, além da liberdade de escolha de emprego, mas propriedade estatal dos meios de produção.

Assim, existiriam mercados e preços de mercado para bens, serviços e trabalho, mas não para o capital e bens intermediários. Entretanto, segundo Lange (1988) um preço pode assumir uma forma diferente de um preço de mercado, ele pode também ser um preço imaginário ou um índice dos termos de troca entre dois itens. Um conselho de planejamento central, por meio de um processo de tentativa e erro, pode definir os preços de bens de capital, ajustando esses preços para eliminar escassez e excedentes.

O conselho pagaria a todos os trabalhadores o salário de mercado mais uma parcela do dividendo social determinada pela produção total de bens de capital e recursos naturais. Com esse controle sobre as parcelas dos dividendos sociais, o conselho de planejamento central poderia reduzir a grande diferença de renda característica das economias capitalistas.

O órgão de planejamento instruiria os gerentes das empresas estatais a agir como se todos os preços fossem constantes e a seguir duas regras. A primeira seria combinar recursos na fábrica de modo que o custo médio da produção para

qualquer nível específico de produção seja mínimo. Os gerentes fazem isso garantindo que as taxas marginais de substituição técnica entre os recursos sejam iguais. A segunda regra, nas palavras de Lange (1988, p. 76-77):

...determina a escala de produção, afirmando que a produção precisa ser fixa para que o custo marginal seja igual ao preço do produto. Essa regra desempenha a função que, sob concorrência, é executada pela livre entrada ou saída de empresas em um mercado, isto é, ela determina a produção do mercado.

Se a contabilidade for feita considerando que os preços sejam constantes, isto é, como se não dependessem das decisões tomadas, a adesão a essas regras significaria que os preços definidos de forma incorreta sob o ponto de vista do equilíbrio criariam escassez ou excesso das mercadorias envolvidas. Por tentativa e erro, os planejadores podem ajustar os preços em níveis de equilíbrio. O processo é semelhante ao que ocorre no capitalismo, mas pode funcionar melhor no socialismo, uma vez que os planejadores centrais têm acesso a uma gama maior de informações sobre a economia do que os capitalistas individuais.

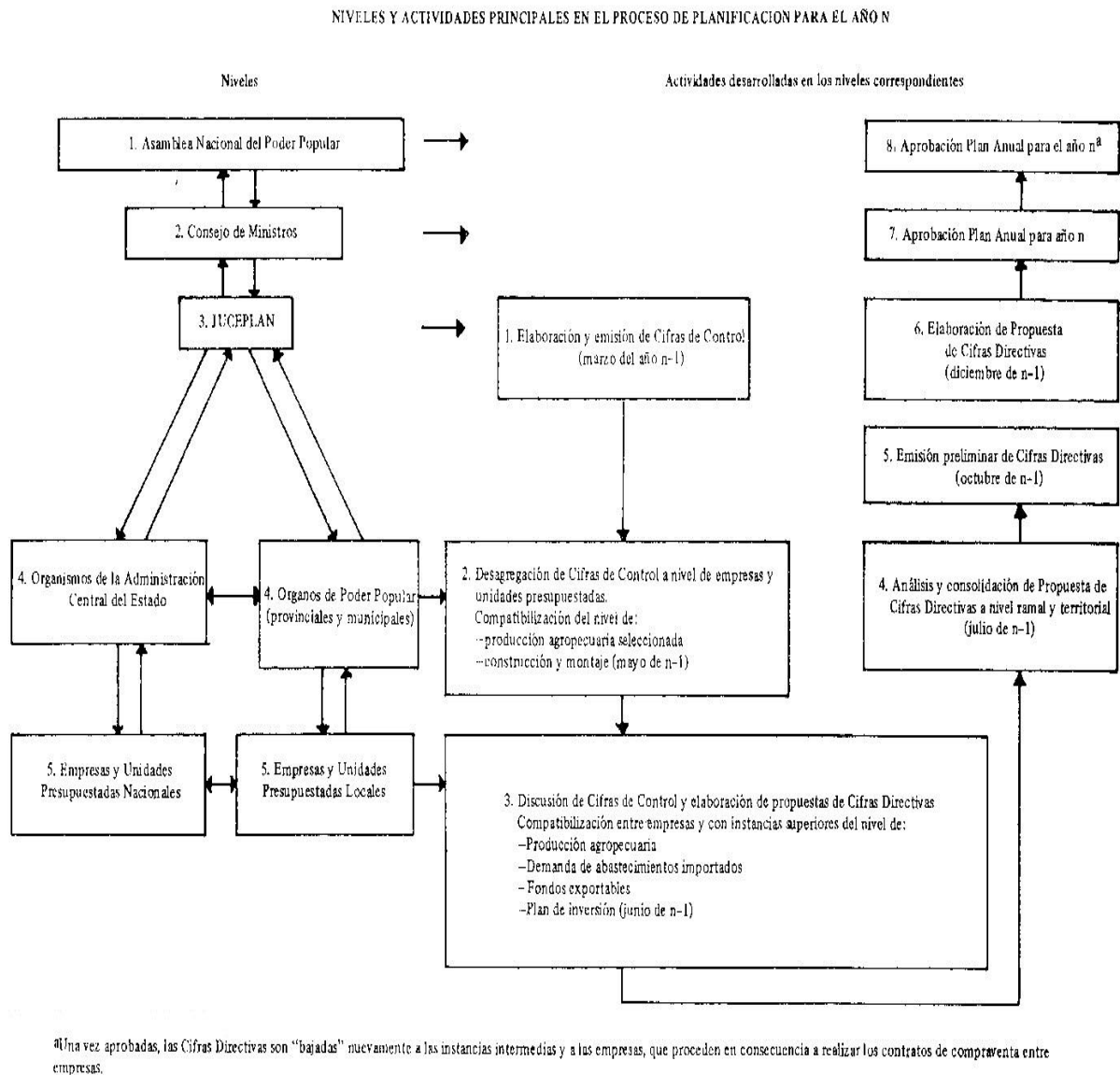
Contudo, a versão prática desta teoria, aplicada pela primeira vez na URSS, mostrou-se um pouco diferente do que fora idealizado. No planejamento soviético – assim como no cubano – a alocação de recursos é feita em termos quantitativos, sem fazer uso do sistema de preços.

Assim, o órgão central de planejamento estabelece metas em termos físicos para um grande número de produtos considerados mercadorias críticas. Como não se faz uso de uma matriz de insumo-produto, o problema é assegurar a coerência interna das metas e não propriamente escolher a combinação de bens finais a produzir. Os objetivos determinados pelo governo baseiam-se em informações sobre a economia – dados sobre o período anterior, existência de pontos de estrangulamento, etc. – e obedecem a prioridades fixadas pelo Estado.

Como vemos na Figura 1.3, o plano é elaborado em diversas etapas. Tendo as informações estatísticas sobre a economia, a Comissão Central de Planejamento – na URSS o GOSPLAN e em Cuba a JUCEPLAN – estabelece qual deve ser o crescimento da renda e, em grau de agregação bastante grande, quais as produções setoriais. Esse plano passa para os escalões hierárquicos inferiores e regionais até chegar às empresas. Essas, com base em certas normas técnicas,

fazem as requisições de materiais, e o plano volta de baixo para cima, até o órgão de planejamento, que procura então fazer o balanceamento das produções em nível bem mais detalhado. O plano balanceado é então discutido e aprovado pelo Governo e passa novamente pelos órgãos burocráticos até as empresas.

Figura 1.3 – Esquema das etapas do plano anual cubano



Fonte: ILPES (1988).

O sistema acima descrito é conhecido com método dos balanços e realiza, essencialmente, a mesma função que a matriz de insumo-produto no planejamento das economias capitalistas. O método dos balanços parte da produção total do ano

anterior, acrescida de certa porcentagem, considerando-a como uma demanda final, e calcula qual a produção de bens intermediários para atingi-la.

As regras de fixação dos preços distanciam-se bastante dos custos de oportunidade tendo apenas uma função contábil. Em linhas gerais, os preços compõem-se do custo de produção e de uma porcentagem adicional – um imposto indireto – que costuma ser mais alta para os bens de consumo do que para os de produção. O custo de produção compreende o trabalho direto e indireto, matérias-primas, depreciação e, às vezes, juros sobre empréstimos bancários. O imposto indireto corresponde ao lucro. As empresas estatais compram os produtos pelo preço total, mas vendem-nos com exclusão do imposto indireto (ILPES, 1988).

Existem duas dificuldades básicas neste sistema. O problema maior é o critério para os investimentos, uma vez que os preços não são um guia seguro para a alocação de recursos, sobressaindo-se, portanto, a preferência dos planejadores. Em segundo lugar, nos países em que o comércio exterior é importante, é difícil determinar a substituição entre a produção doméstica e as importações, pois não há correspondência entre os custos internos e externos, além da taxa de câmbio ser arbitrada.

Com o colapso das principais nações socialistas e, conseqüentemente, do planejamento central, e com o desenvolvimento da economia da informação o principal argumento contrário à planificação total mostrou-se mais significativo. Opositores do método de Lange diziam que ele não considerava a necessidade de dar aos participantes da economia incentivos suficientes para alocar recursos de forma eficiente e de buscar oportunidades de aumentar a produção. A eficiência dinâmica – ao contrário da estática – exige a função empresarial por meio da qual as informações sejam contínua e rapidamente descobertas e utilizadas. Na economia competitiva, a motivação pelo lucro proporciona esse incentivo aos empresários, sendo o que faltaria à economia socialista.

2.4 Nova Economia Institucional

Conforme os institucionalistas a vida econômica é controlada pelas instituições econômicas e não pelas leis econômicas. Uma instituição não é simplesmente uma organização, ou um estabelecimento para a promoção de um objetivo específico – como, por exemplo, uma escola, um presídio, etc. –, é também

um padrão organizado de comportamento grupal, bem-estabelecido e aceito como parte fundamental da cultura. Nisso inclui-se os costumes, hábitos sociais, leis, modos de pensar e modos de vida.

O institucionalismo tradicional criticava a economia neoclássica e apoiava a intervenção governamental. Por outro lado, o novo institucionalismo tende a ser teórico, orientado para o mercado e antiintervencionista. Atualmente, existem várias linhas de pensamento identificáveis com o novo institucionalismo, cada qual enfatizando a importância das instituições no entendimento do comportamento e dos resultados econômicos e políticos.

Primeiramente, temos o trabalho de Harold Demsetz sobre o papel dos direitos de propriedade na promoção de eficiência econômica. Uma segunda linha é a análise de Richard Posner sobre a relação entre lei e economia. Ronald Coase e Oliver E. Williamson enfatizam os custos de transação na explicação da organização e do comportamento das empresas. Por fim, James Buchanan e Gordon Tullock expuseram a teoria da escolha pública que inclui as análises de *rent seeking*, *lobbying*, regras de votação e economia constitucional (RUTHERFORD, 1996).

No entanto, no presente trabalho iremos nos focar na abordagem novo institucionalista proposta por Douglas North que critica a economia neoclássica por sua falha em reconhecer a importância das limitações institucionais no processo de tomada das decisões econômicas e pela sua incapacidade de explicar a permanência de diversas instituições pelo mundo.

As instituições se formam porque minimizam os custos da interação humana. Elas podem ser formais – constituições e leis – ou informais – códigos de conduta habituais. Podem ser criadas especificamente ou se desenvolver com o tempo. As instituições são, portanto, as regras formais e informais que governam o jogo econômico e político, enquanto que os jogadores são os indivíduos e as organizações que exploram as oportunidades oferecidas em uma estrutura institucional em particular.

A forma que as instituições assumem se deve muito ao poder de negociação dos agentes que as representam, mas, uma vez estabelecidas, os comportamentos e os resultados das preferências individuais reforçam sua presença contínua. Por exemplo, a participação dos trabalhadores nos resultados das empresas reforça o apoio às instituições capitalistas.

Isso implica que como resultado dos esforços dos agentes, as instituições de uma sociedade dependem das suas trajetórias históricas, ou seja, são *path dependent*. A primeira trajetória institucional selecionada – ou imposta – determina a trajetória assumida por um longo tempo. As instituições se desenvolvem gradativamente porque os jogadores às vezes conseguem mudar as regras a seu favor. Somente quando fica claro que uma trajetória específica não servirá para alcançar os objetivos desejados, ou quando tais objetivos mudam, é que a sociedade modifica radicalmente suas instituições.

Assim, o esquema que influencia o desempenho econômico de um país proposto por North, nas palavras de Gala (2003, p. 103), ficaria assim:

- a) *O ambiente econômico e social dos agentes é permeado por incerteza.*
- b) *A principal consequência dessa incerteza são os custos de transação. Estes podem ser divididos em problemas de medição e execução desses custos.*
- c) *Para reduzirem os custos de transação e coordenar as atividades humanas, as sociedades desenvolvem instituições. Estas são um contínuo de regras com dois extremos: formais e informais.*
- d) *O conjunto dessas regras pode ser encontrado na matriz institucional das sociedades. A dinâmica dessa matriz será sempre path dependent.*
- e) *A partir dessa matriz, definem-se os estímulos para o surgimento de organizações que podem ser econômicas, sociais e políticas.*
- f) *Estas interagem entre si, com os recursos econômicos – que junto com a tecnologia empregada definem os custos tradicionais da teoria econômica – e com a própria matriz institucional – que define os custos de transação – e são, portanto, responsáveis pela evolução institucional e pelo desempenho econômico das sociedades ao longo do tempo.*

Na visão de North (2006) as nações são ricas porque os limites institucionais definem um conjunto de compensações para as atividades econômicas e políticas que encorajam o aprimoramento educacional e de habilidades, a expansão do capital, a introdução de novas tecnologias no processo produtivo e,

consequentemente, o crescimento econômico. Em contrapartida, as nações são pobres porque suas instituições oferecem estímulos às atividades políticas e econômicas que desencorajam a criação de riqueza – os direitos de propriedade são definidos e impostos de maneira precária, as mentes mais brilhantes não se tornam empreendedoras, os costumes sociais e religiosos limitam o trabalho e depreciam o ganho material, etc.

3 HISTÓRIA ECONÔMICA DE CUBA

Cuba é o país mais ocidental da região do Caribe. A área do arquipélago cubano é aproximadamente a soma da extensão de todo o resto do Caribe insular; ocupa uma posição singular diante das Américas, com respeito às comunicações continentais, entre o golfo do México e o mar do Caribe. Domina os estreitos da área e é contígua aos EUA e ao Atlântico norte. Essa situação geográfica tão estratégica sempre foi uma influência notável em sua história.

O país há séculos estabeleceu um padrão de desenvolvimento dependente do financiamento externo, onde a capacidade de importar determina os níveis de produção e de exportação. Apesar dos esforços de diversificação da estrutura produtiva nas últimas décadas, as exportações cubanas continuam concentradas em alguns bens e serviços, como resultado de um processo secular de formação da estrutura econômica determinada pelo setor externo.

Durante os séculos XIX e XX a produção de cana de açúcar, tabaco e alguns outros itens apresentaram maior dinamismo do que outros setores da economia, entretanto, o crescimento dessas atividades acabou montando uma estrutura produtiva deformada e instável, que consumia os recursos disponíveis de forma ineficiente (CORREA, 1991).

A indústria açucareira teve um desempenho irregular durante os últimos séculos e atualmente convive com uma crise de escassez de recursos materiais e financeiros, em especial a falta de divisas, o que constitui um sério obstáculo para o equilíbrio fiscal e das contas externas do país.

3.1 A estruturação do período colonial: de 1510 a 1762

No início da colonização espanhola, na segunda década do século XVI, a ilha de Cuba era habitada por comunidades primitivas com diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social. Em geral esses nativos eram coletores de alimentos e pescadores, havendo ainda alguns grupos que realizavam a agricultura da mandioca.

Durante os anos de 1512 até 1550 a atividade econômica fundamental da ilha foi obtenção dos escassos metais preciosos existentes (RIVEREND, 1975). Como naquela época o ouro e a prata eram considerados as melhores fontes de

enriquecimento, a descoberta do México e do Peru influenciou o desinteresse da Coroa Espanhola por Cuba. Nas palavras de Brown (1952, p.12):

La tierra firme había absorbido por sus riquezas el interés de la mayoría de los emigrantes, situación que provocó una anemia de población, con lo cual la isla quedó reducida a los menos audaces o, quizás, menos egoístas, adaptados a la vida tranquila de las villas fundadas cuando la conquista.

Em 1535 foi concedida a primeira licença para a construção e operação de uma usina de açúcar na ilha, mas devido à escassez da força de trabalho, capital insuficiente e falta de proteção, o empreendimento falhou. Entretanto, em 1595, foi construída a primeira usina nos arredores de Havana, mas a indústria açucareira não teve nenhum significado real até o século XVIII (ELY, 1960).

Na fase de 1550 a 1700 a principal atividade econômica foi a venda de matérias-primas para as manufaturas nascentes do Velho Continente, bem como o abastecimento das frotas espanholas, haja vista que Cuba se tornara um estratégico polo militar. A depressão econômica causada pelas guerras enfrentadas pela Espanha enfraqueceu sua dominação sobre a ilha, proporcionando-a um relativo desenvolvimento autônomo nessa época.

Já no período 1700-1762 com a diminuição da autonomia, a colônia transformou-se em fornecedora de produtos agrícolas para a metrópole. O comércio com outros centros internacionais foi reduzido, se não encerrado. Apesar de Cuba ter excelentes condições para o cultivo da cana de açúcar, tal cultura não foi valorizada até meados do século XVIII.

O tabaco, que é uma cultura americana, torna-se importante a partir de 1610 sendo cultivado em terras férteis ao redor de Havana. A pecuária e o extrativismo de madeira também se tornam importantes na época. Aliás, devido à abundância de madeira e à localização geográfica da ilha desenvolveu-se uma nascente indústria de construção naval. Em 1730, a Espanha aprovou a construção do estaleiro de Havana. Complementavam a economia colonial os artesanatos feitos de ouro, cobre e estanho.

Em relação aos serviços financeiros deve-se mencionar que durante praticamente os três primeiros séculos da dominação espanhola sobre Cuba não houve necessidade de ofertar tais serviços, devido ao baixo nível da atividade econômica, ao pequeno volume do comércio exterior e às escassas transações do

comércio varejista. A ausência de crédito foi quase completa diante de um desenvolvimento econômico lento.

3.2 A consolidação do período colonial: de 1763 a 1898

Durante o período de 1763 até 1800 a economia cubana se caracterizou pela oferta de matérias-primas e pela demanda por manufaturas da metrópole. A tomada de Havana pelos ingleses, em 1762, incrementou a atividade comercial da ilha, bem como estimulou a produção açucareira. A liberdade comercial experimentada por pouco mais de um ano, tempo da dominação britânica, pôs em evidência as vantagens comparativas existentes das plantações sob as relações escravistas de produção.

Para Ely (1960, p.19) a Inglaterra ficou muito surpresa com Cuba, pois:

Se revelaron las ventajas extraordinarias que brindaba una naturaleza abundante: la fertilidad del suelo, la inmensa de toda clase de frutos, plantas y maderas preciosas. Se descubrieron los vastos depósitos de cobre de Santiago de Cuba y de Bayamo. Un gran número de puertos espaciosos favorecían la navegación y el comercio.

Portanto, se identificou um importante nicho de exportação com o desenvolvimento da agroindústria açucareira, que contava com diversas vantagens comparativas, como a posição geográfica da ilha, situação climática favorável e suficiente dotação de recursos humanos, materiais e financeiros.

As reformas que começaram a ser implantadas em meados do século XVIII em todo o império espanhol tiveram como propósito redesenhar as condições internas da metrópole e a sua relação com as colônias, a fim de estimular o desenvolvimento econômico, em especial o da região do Caribe.

Neste período se observou um processo crescente de integração das atividades exportadoras de Cuba à economia internacional, que se explica também por outras circunstâncias, tais como a independência dos Estados Unidos da América, a independência do Haiti, a Revolução Francesa e a revolução industrial na Inglaterra. Esses eventos implicaram que a oferta internacional de bens tropicais como o açúcar, o café e o tabaco fosse menor que a demanda, levando a um aumento de seus preços e a um consequente estímulo ao investimento e

modernização de sua produção. Assim, em 1760 a produção cubana de açúcar que representava apenas 2,7% do total mundial aumentou para 6,9% em 1802.

A autorização por parte da Espanha para que Cuba comercializasse livremente com o resto do mundo gerou um sensível crescimento produtivo e demográfico da ilha. A produção açucareira aumentou de 4.500 toneladas em 1760 para 41.000 em 1802.

Em 1768 se introduziu o cultivo de café em Cuba e nos últimos anos do século XVIII, embora não em proporções iguais a população escrava, a população branca aumentou com a imigração francesa e espanhola. Muitos dos imigrantes vieram de Santo Domingo, território que em virtude do Tratado de Basiléia, de 1795, foi cedido pela Espanha à França. A revolução haitiana originou também um significativo fluxo de imigrantes franceses. Identificou-se, portanto, dois fenômenos econômicos: primeiro, a entrada de mão-de-obra qualificada no cultivo do café que serviria para impulsionar a cultura, e segundo, os costumes sociais de produção das colônias francesas (CHARADÁN, 1982). Como resultado desses fenômenos, a produção de café aumentou de 8.000 arrobas em 1801 para 80.000 arrobas em 1806.

Esta expansão produtiva do açúcar e do café incentivou o desenvolvimento do pensamento econômico cubano e de novas concepções acerca do sistema escravista, em detrimento dos conceitos tradicionais da sociedade colonial espanhola. Predominou a ideia de que a expansão açucareira e cafeeira se sustentaria melhor em pequenas e médias propriedades, questionando-se assim os benefícios dos latifúndios. Isto influenciou a modernização da agroindústria açucareira que se deu a partir de 1818.

Em suma, o cultivo de cana de açúcar teve início em Cuba com a colonização espanhola do século XVI, mas sua plena exploração só foi alcançada na primeira metade do século XIX com o desenvolvimento da economia e modernização do país. A já citada tomada de Havana pela Inglaterra facilitou a importação de mão-de-obra escrava para ser empregada na indústria açucareira.

Também as reformas econômicas promovidas por Carlos III – principalmente aquelas que tratavam da diversificação produtiva das colônias, datadas de 1765 e 1778, do livre comércio, inclusive de escravos, de 1789 e da constituição da Intendência de Havana promulgada em 1766 – estimularam o desenvolvimento da agroindústria açucareira (NAVARRO, 1992).

Durante a primeira metade do século XIX a economia cubana registrou um significativo crescimento sustentado nos produtos derivados da cana de açúcar – açúcar bruto e rum – fumo de rolo, café, cera e mel de abelhas, cobre e madeiras preciosas. Cabe destacar que diante dos efeitos da revolução haitiana, entre 1820-1850, Cuba mais que quintuplicou a produção de açúcar e quase duplicou sua participação no comércio internacional desse bem (RIVEREND, 1975). Assim, a economia converteu-se na principal exportadora mundial de açúcar até a década de 1870, e durante os primeiros quarenta anos do século XIX na maior exportadora mundial de café, sendo superada apenas pelo Brasil em alguns períodos.

O crescimento econômico da época levou a um aumento da capacidade de importação mediante o financiamento externo, em especial a entrada de capitais ingleses na produção de cobre e tabaco. Em 1820, se realizou a primeira inversão estrangeira direta – na mina *El Cobre*, nas cercanias da cidade de Santiago de Cuba. Alguns anos mais tarde, os investimentos ingleses se estenderiam ao ramo do tabaco.

Por último, vale enfatizar que em meados do século XIX o modo de produção escravista dava sinais de esgotamento em Cuba, haja vista as contradições existentes entre esse tipo de relação de produção e a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas – em especial a introdução da maquinaria. Em 1860, os engenhos mecanizados representavam apenas 5% do total, mas produziam 15% do açúcar cubano. Tais engenhos utilizavam técnicas modernas à época, entre elas a máquina a vapor, o que lhes assegurava maiores níveis de produtividade e eficiência.

A bonança econômica do país de apoiou na utilização intensiva de mão-de-obra escrava, que fora introduzida em Cuba no século XVI graças à licença expedida pelo rei Carlos I, em 1518 (NAVARRO, 1992). Em 1841, 58% da população cubana era formada pelos escravos.

Com relação aos serviços financeiros, o nascimento do sistema bancário em Cuba remonta às primeiras décadas do século XIX, quando ocorreu um significativo crescimento econômico já apontado anteriormente. Tal crescimento caracterizado pela expansão do comércio interno e externo demandou o surgimento dos bancos e, em 1832, se estabelece o Banco de Fernando VII, uma instituição pública autorizada pela metrópole. Dez anos mais tarde, é criada a *Caja de Ahorros*, também pública.

Na segunda metade do século XIX, Cuba sofreu um declínio na atividade produtiva influenciada pela crise econômica mundial da década de 1850, que repercutiu através da diminuição dos preços do açúcar, do colapso da indústria cafeeira, da redução das exportações, da contração do crédito externo e da falência de algumas empresas. Posteriormente, o país teve que enfrentar a Guerra dos Dez Anos (1868-1878) – a primeira guerra pela independência – que acabou reduzindo sua capacidade de importar. A produção de açúcar foi reduzida para cerca de 250.000 toneladas em 1898 – igualando os níveis de 1848 –, data da primeira intervenção militar dos Estados Unidos da América em Cuba, ao mesmo tempo em que se observou uma redução nas exportações de outros produtos tradicionais.

Em suma, o período crítico acima descrito se identifica com o esgotamento do modo escravista de produção em um contexto internacional desfavorável.

Por outro lado, os capitais britânicos adquiriram grande parte dos serviços ferroviários da ilha em plena guerra pela independência: em 1876 fora comprada a ferrovia de Marianao, e no final do século a *Ferrocarriles Unidos de La Habana*. Além disso, o grupo inglês *Western Railroad of Havana* comprara as ferrovias de Caibarién, Sagua e Cienfuegos no centro da ilha, na mesma época.

A Guerra dos Dez Anos praticamente coincide com o início de uma fase da globalização (1870-1913) que teve como particularidade o estímulo à mobilidade dos capitais e da mão-de-obra, conjuntamente com uma expansão comercial apoiada mais por uma sensível diminuição dos custos de transporte do que pela hegemonia do livre comércio (CEPAL, 2002).

Como em outros países da região, em uma etapa relativamente pacífica (1878-1894), em Cuba as atividades exportadoras, principalmente a agroindústria açucareira, alcançaram um grande dinamismo devido ao aumento da demanda internacional por matérias-primas.

Sobre os serviços financeiros da época, em 1854, estabeleceu-se a *Caja Real de Descuentos*, que logo viria a ser o Banco Espanhol de Havana. Em 1857 foi fundado o Banco de Cuba em Santiago. Já no início dos anos 1860 havia quinze instituições financeiras que impulsionaram o crédito na ilha, entre as quais se destacam: a *Caja Agrícola de Cárdenas*, a *Caja Mercantil de Matanzas*, o Banco Agrícola e Industrial e o Banco Mercantil de Santiago de Cuba.

Durante as três últimas décadas do século XIX diversas instituições bancárias faliram e o sistema financeiro estagnou após o início das guerras pela independência.

Em resumo, a maior das Antilhas desempenhou um papel importante em diferentes momentos do século XIX enviando recursos para tanto financiar as contas externas da Espanha quanto fomentar a industrialização de algumas regiões desse país. Além disso, a transferência de impostos para a metrópole contribuiu para enfrentar várias despesas associadas à conquista colonial, como a tentativa de recuperar Santo Domingo. Cuba também estimulou a expansão da marinha mercante espanhola graças ao comércio entre Europa e Caribe.

Já o Banco Espanhol de Havana financiou a metrópole tanto na primeira guerra pela independência – a Guerra dos Dez Anos – quanto na última (1895-1898). Em 1881, ele havia se transformado no Banco Espanhol da ilha de Cuba realizando a emissão de moeda de curso forçado. Em 1920 o banco faliu diante da crise que abalou a economia cubana.

3.3 A ocupação norte-americana e a independência: de 1899 a 1958

Com a ocupação militar de Cuba pelos Estados Unidos da América houve alguma recuperação da atividade produtiva, que havia sido atingida em função da última guerra pela independência iniciada em 24 de fevereiro de 1894. Nessa guerra se perderam dois terços da riqueza nacional, além da redução de um terço da população. Em 25 de novembro de 1897 um decreto da Coroa espanhola outorga a autonomia cubana e o país tem o seu primeiro governo próprio. Entretanto, em 1º de janeiro de 1899 a bandeira espanhola que já havia sido arriada é substituída pela norte americana (POMER, 1995).

O fraco desempenho econômico manteve deprimida a atividade comercial e estancou o crédito bancário. Em particular, a indústria açucareira sentiu mais fortemente os danos diretos e indiretos da guerra. Das 400 usinas de açúcar em atividade, em 1894, apenas 100 delas puderam iniciar a safra de 1899, de forma que a produção fora reduzida de 1,1 milhão de toneladas para 0,3 milhão, no período.

A essas dificuldades somou-se a queda dos preços internacionais do açúcar, o que contribuiu para reduzir o ingresso de divisas internacionais no país.

No período de 1900 até 1925 se registrou um notável crescimento econômico, uma média anual de 8%, fundamentado basicamente na recuperação da indústria açucareira. A produção de açúcar aumentou gradativamente até 5,4 milhões de toneladas, em 1925.

A produção e a exportação de tabaco também cresceram significativamente no período.

No geral, as exportações cresceram mais de sete vezes, enquanto que as importações diminuíram algo entorno de cinco vezes, transformando o déficit comercial de US\$ 18 milhões, em 1900, em um superávit de US\$ 57 milhões em 1925 (CHARADÁN, 1982).

O saldo positivo da balança comercial proporcionou um aumento das reservas internacionais e estimulou o processo de formação de capital com recursos externos, o que acabou contribuindo para a expansão econômica. Em particular, destacou-se a substituição gradual dos capitais ingleses pelos norte americanos. Em 1909 foi criada a *Cuban Telephone Company*. Em 1914 os EUA possuíam 38 engenhos que produziam em torno de 40% do açúcar cubano, já em 1924 as quantidades passaram para 74 e 60% respectivamente. Além disso, em 1918 a empresa texana *Lone Star* construiu uma fábrica de cimento em Mariel que se tornou a única planta produtora deste material de construção até metade da década de 1950.

Vale lembrar, no entanto, que ao início da Primeira Guerra Mundial os capitais ingleses controlavam a rede ferroviária na região ocidental da ilha. No início do século eles haviam adquirido as ferrovias de Matanzas e Cárdenas-Jaruco, o que facilitou a integração ferroviária e o desenvolvimento da produção açucareira.

Em síntese, os capitais estrangeiros contribuíram para o incremento da capacidade de importação da ilha, bem como dirigiram, até 1925, a produção de minerais, açúcar, tabaco, cimento e serviços básicos, entre eles os financeiros.

Em relação aos serviços financeiros, devemos sublinhar que no início do século XX houve um novo desenvolvimento do sistema bancário, com o estabelecimento de várias instituições estrangeiras – como o *First National Bank of New York* –, entretanto, a abrupta queda dos preços internacionais do açúcar, em 1920, causou diversas falências nos bancos cubanos e espanhóis vinculados a essa atividade produtiva. Em 10 de outubro de 1920 se declarou uma moratória bancária e, em 1921, se instalou em Cuba o *Chase National Bank of New York* como parte de um processo de internacionalização do sistema bancário.

A criação de uma moeda própria também se sobressai como um fato relevante do desempenho financeiro da época. Em 28 de outubro de 1914 foi estabelecido o peso cubano como moeda nacional, embora o dólar americano continuasse tendo curso legal e força liberatória por muitos anos depois.

Devemos destacar também os pronunciados fluxos migratórios para a ilha, principalmente de pessoas do sexo masculino e com idade adequada para o trabalho. Estima-se que entre 1908 e 1919 emigraram aproximadamente 500.000 pessoas procedentes da Espanha (62,7%), Jamaica (10%), Haiti (7,5%) e dos EUA (6,4%). Em 1919, Cuba contava com 2,9 milhões de habitantes (RIVEREND, 1975).

No período de 1925 até 1933 se observou uma série de desequilíbrios macroeconômicos e uma diminuição da capacidade de importar, especialmente após a Grande Depressão. Assim, o PIB recuou, em média, 7,5% ao ano, acompanhado pela perda de mercado internacional para o açúcar e por problemas políticos internos. A produção açucareira declinou para 2,1 milhões de toneladas em 1933. Tanto as exportações quanto as importações foram reduzidas em mais de 85%. Como esperado, nesta fase crítica não ocorreram inversões estrangeiras relevantes e os serviços financeiros estagnaram.

Em 1926 foi promulgada uma reforma tributária de caráter limitado, mas sua implantação incentivou a expansão da produção nacional de café, arroz, milho, couro, calçados, roupas e móveis, assim como deu impulsos aos primeiros esforços de criação das indústrias têxteis e de cimento.

Apesar do retrocesso tributário causado pelo Tratado de Reciprocidade Comercial com os Estados Unidos da América assinado em 1934, durante o período 1933-1950 se observou certa diversificação da produção que influenciou um crescimento do PIB, em média de 5% ao ano. Esta evolução foi estimulada por um contexto internacional favorável para os produtos cubanos no pós Primeira Guerra Mundial.

A produção de açúcar aumentou para 5,6 milhões de toneladas em 1950. Na mesma época, as exportações e as importações aumentaram oito e dez vezes, respectivamente, gerando um superávit comercial de US\$ 127 milhões no final dos anos 1950.

Com relação aos investimentos externos diretos do período, cabe destacar a construção da usina de níquel em Nicaro, em meados dos anos 1940, o que contribuiu para o desenvolvimento de mercadorias não tradicionais para exportação.

Entretanto, em 1947 as atividades da planta foram paralisadas – na época, Cuba ocupava o quarto lugar na produção mundial de níquel – sendo retomadas ao final da Guerra da Coréia, em 1953.

Neste período teve início uma nova fase da globalização (1945-1973), caracterizada pelo desenvolvimento de instituições internacionais de cooperação financeira e comercial, além de um sensível aumento no intercâmbio de mercadorias entre os países desenvolvidos. Destacam-se também nessa época a vigência concomitante de diversos sistemas econômicos – economias de mercado e economias planificadas – e as restrições na mobilidade de capitais e de mão-de-obra (CEPAL, 2002).

A respeito dos serviços financeiros, deve-se marcar que em 1933 os bancos estrangeiros *Chase National Bank of New York*, *First National Bank of Boston* e *First National Bank of New York* haviam se tornado as principais instituições do gênero em Cuba.

Em 1948, foi criado o Banco Nacional de Cuba – como banco central –, com participação acionária tanto do Estado quanto dos bancos privados, nacionais e estrangeiros. Em 1950 fundou-se o Banco de Fomento Agrícola e Industrial de Cuba, o BANFAIC, com o propósito de financiar a diversificação da produção.

Durante o triênio 1950-1952 se registrou um significativo crescimento econômico, explicado por uma maior disponibilidade de divisas, por um substancial aumento na produção de açúcar e pela conjuntura internacional favorável que facilitou a comercialização das safras (RIVEREND, 1975). A produção de açúcar aumentou de 5,3 milhões de toneladas, em 1949, para 7,3 milhões em 1952, alcançando esse nível pela primeira vez na história.

Entretanto, entre 1953 e 1956 desacelerou-se o crescimento econômico devido, fundamentalmente, aos grandes estoques de açúcar que obrigaram uma redução da produção, a fim de evitar a depreciação da cotação internacional do produto.

Enquanto isso, o superávit da balança comercial passou de US\$ 57 milhões, em 1952, para US\$ 17 milhões em 1956, diante da redução das exportações em 1,3%, e do aumento das importações em 5%.

No que se refere aos serviços financeiros, em 1954, foi criado o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FDES –, cujo objetivo era o financiamento do plano de desenvolvimento econômico e social de Cuba. Em 1955, o FDES foi

transformado em uma instituição bancária concessionária de créditos para o desenvolvimento econômico do país e para a diversificação da produção, fundando-se, assim, o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BANDES – para operações de curto, médio e longo prazo previstas na política econômica.

O PIB apresentou crescimento aproximado de 14%, em 1957, como consequência do aumento da produção açucareira, em 18%, e do aumento dos preços internacionais do produto, graças à crise do Canal de Suez (CEPAL, 1958). Apesar da melhora nos termos de intercâmbio, o saldo da balança comercial totalizou apenas US\$ 35 milhões neste ano.

Já em 1958, o PIB diminuiu mais de 10% diante de um cenário de revolução interna, onde se pode observar um clima de instabilidade social e econômica e uma virtual paralização do transporte rodoviário e ferroviário, especialmente na região leste da ilha. A produção de açúcar registrou um discreto aumento de 2%, apesar da acentuada queda dos preços internacionais da mercadoria, em torno de 32%.

Como um todo, o período 1950-1958 apresentou um incremento na capacidade de importar, o que contribuiu para um crescimento médio anual do PIB de 3,9%, enquanto a população cresceu, em média, apenas 2% ao ano no mesmo período. Mas, a alta concentração de renda manteve uma grande parte dos habitantes em condições de pobreza. Nos anos 1956-1957 aproximadamente 16% da força de trabalho estava desempregada, e 14% se encontrava no subemprego (ILPES, 1988).

Em relação aos investimentos estrangeiros da década de 1950, cabe ressaltar que se registrou um processo crescente de formação de capital com recursos dos EUA na produção de níquel e em outras atividades destinadas ao consumo interno – farinha de trigo, pneus, produtos de borracha, garrafas de vidro, arame e fio de cobre, papel e produtos lácteos –, assim como no setor energético, principalmente no refino do petróleo e nos serviços de eletricidade. Também, como parte do plano de desenvolvimento turístico, foi concedido crédito e outras facilidades para que empresas estrangeiras construíssem hotéis na ilha.

Ao final da década de 1950, as empresas norte-americanas controlavam 95% do montante de investimentos estrangeiros em Cuba. Deste total, 42% estavam alocados no setor de serviços, 38% na agricultura e 8% na indústria.

Considera-se que no final desse período a estrutura produtiva se encontrava distorcida, com forte atraso tecnológico no setor agropecuário e insuficiente

desenvolvimento industrial. A indústria açucareira participava com 25% na formação da renda nacional e seus produtos representavam 80% do total das exportações, além de empregar entre 20% e 25% da força de trabalho disponível. Esta dependência da produção de açúcar gerava instabilidades na economia através das flutuações do preço internacional do bem, assim como pelas variações da cota de importação no mercado norte americano.

3.4 A etapa socialista: de 1959 a 1989

A política econômica aplicada entre 1959 e 1960 implicou importantes mudanças nas relações de propriedade, através da nacionalização dos principais meios de produção do país. O governo começou a ter um papel destacado na atividade produtiva e no processo de alocação de recursos. No final de 1960, o Estado tinha uma elevada participação em diferentes setores: 37% na agricultura, 85% na indústria, 80% na construção civil, 92% nos transportes e 50% no comércio varejista. Além disso, os serviços bancários, o comércio exterior e o comércio atacadista estavam totalmente sob o controle estatal (NAVARRO, 1992).

Como em grande parte dos países em desenvolvimento, a política econômica começou a apoiar-se no planejamento, em 1961, quando se estabeleceu o primeiro plano baseado na industrialização com prioridade na demanda interna, especialmente nos bens de capital e intermediários, na diversificação agrícola, na redistribuição de renda e na reorientação das relações econômicas internacionais. Através do fomento a novas indústrias e a diversificação da agricultura se buscava a substituição de importações, fortalecendo tanto o consumo interno quanto o balanço de pagamentos.

Durante os anos de 1961 até 1963 ocorreu um agravamento dos desequilíbrios macroeconômicos, diante de um contexto internacional adverso, agravado pelo estabelecimento do bloqueio econômico e pela invasão da Baía dos Porcos – eventos realizados pelos Estados Unidos da América. Tais fatores levaram a uma estagnação da renda nacional.

Graças ao panorama contrário, em 1964 ocorreu uma mudança no estilo de desenvolvimento, abandonando-se a ênfase na substituição de importações e privilegiando-se a diversificação das exportações de acordo com a divisão internacional do trabalho socialista. Em essência, Cuba se especializou na produção

de *commodities* como açúcar, níquel e cítricos, sendo beneficiada, entretanto, por uma relação favorável no comércio internacional, em particular graças à compra de petróleo barato, proveniente da URSS, e à venda de açúcar com preços altos para esse país.

No período de 1967 a 1970 houve uma deterioração dos mecanismos de direção da economia, devido à desarticulação do *Cálculo Económico* e do *Sistema Presupuestario de Financiamento* que haviam coexistido anteriormente e asseguravam as condições mínimas de funcionamento da economia, além de controlarem os recursos materiais, financeiros e humanos.

O *Cálculo Económico* (CE) e o *Sistema Presupuestario de Financiamento* (SPF) apresentavam diferenças em seus mecanismos de gestão econômica. O CE proporcionava o autofinanciamento das empresas, já que estas podiam cobrir suas despesas com suas receitas – dentro desse método estavam as atividades ligadas ao comércio exterior. Entretanto, as empresas geridas sob o SPF não tinham fundos próprios, sendo totalmente dependentes da planificação estatal, sendo esse método generalizado para o setor industrial (ILPES, 1988).

Ainda nessa época, foi extinto o Ministério da Fazenda e restringiram-se as funções do Banco Nacional de Cuba, que atuava como Banco Central. Enfraqueceram-se, também, os mecanismos de regulação macroeconômica com a substituição do Sistema de Contabilidade Nacional por um improvisado Sistema de Registro Econômico e com a eliminação do orçamento estatal, que fora substituído por um sistema de controles administrativos diretos.

Tais problemas na gestão da economia ocorreram em meio a um contexto internacional de busca de um caminho próprio para Cuba, já que no campo socialista existia uma grande polêmica sobre o melhor modelo a ser adotado. Por exemplo, a China estabeleceu reformas antimercado enquanto que a URSS introduziu algumas medidas de liberalização econômica, mas em ambos os casos não se resolveu a problemática do alcance de maior eficiência no uso dos recursos disponíveis.

Com tudo isso, durante os anos 1964-1970 o PIB registrou uma taxa de crescimento médio anual de 4,2%. Este esforço econômico foi orientado para as exportações, a fim de aumentar a disponibilidade de divisas. As importações de bens intermediários e de capital foram incentivadas, enquanto que se restringiu a oferta de bens e serviços à população, o que causou pressões inflacionárias.

Durante o período 1971-1975 se criaram condições para a implementação de um novo sistema de gestão e planejamento da economia, que se apoiava no autofinanciamento das empresas públicas e na utilização de alguns mecanismos de mercado na alocação de recursos. Esta nova forma de gestão era condição necessária para a admissão de Cuba, em 1972, no *Consejo de Ayuda Mutua Económica* – CAME, e em inglês COMECON. Na época, o PIB apresentou uma taxa média de crescimento anual em torno de 7,5%.

Entre 1976 e 1985, o setor industrial foi priorizado no programa de investimentos públicos, em um contexto de integração com a comunidade socialista e de fortalecimento dos controles macroeconômicos internos. Em 24 de fevereiro de 1976 foi proclamada a nova Constituição da República de Cuba, depois de um plebiscito nacional. Com isso, se reestruturaram os organismos da administração central do Estado, com destaque para a criação do Comitê Estatal de Finanças. Também houve uma descentralização governamental através de uma nova divisão política do país com 14 províncias e 169 municípios (RODRÍGUEZ, 1987).

Nos anos de 1981 até 1985 houve o aprofundamento das reformas econômicas. Em 1981 foram decretadas as reformas salarial e de preços. A primeira ajudou a melhorar a correlação entre salário e produtividade, enquanto a outra influenciou o fortalecimento da autogestão nas empresas públicas, com aumento em seus níveis de eficiência. No início da década de oitenta foi implantado o *Mercado Libre Campesino* com a desregulamentação dos preços nesse setor, entretanto, tal medida vigorou apenas até meados da década. Nesse período, o PIB cresceu em média 5,3% ao ano.

Contudo, a deterioração dos termos de trocas causou um grande aumento no déficit da balança comercial. Apesar do aumento dos fluxos líquidos de capital dos países socialistas, houve um esgotamento das reservas internacionais, elevando a dívida externas com os países ocidentais para US\$ 3,9 bilhões, em 1985.

A reação da política econômica, entre 1986 e 1989, foi alocar recursos para o setor exportador, diante da aguda escassez de divisas. Foi dada prioridade à produção de açúcar e níquel, bem como aos serviços de turismo. Mas, as dificuldades para o fornecimento de matérias-primas e bens de capital, devido ao progressivo declínio econômico dos países membros do CAME, levou a uma deterioração do setor externo da economia cubana.

Assim, a renda nacional permaneceu estagnada na segunda metade dos anos 1980 e, ao final dessa década teve fim o processo de extinção do campo socialista na Europa. Em 1991, a URSS se desintegrou e, ao mesmo tempo, houve um recrudescimento do bloqueio econômico mantido pelos EUA. Cuba estava, portanto, sem seus mercados internacionais e sem possibilidade de financiamento externo. Além disso, a pequena dimensão do seu mercado interno e a escassez de petróleo impediam a economia de amenizar, a curto prazo, os efeitos dos choques externos.

No entanto, observando-se todo o período de 1959 até 1989, vemos que o PIB cresceu a uma taxa média anual aproximada de 4,5% e a política econômica do país caracterizou-se por um forte papel do Estado na produção de bens e serviços. Nesta fase, a economia experimentou profundas mudanças estruturais, mas não conseguiu reduzir sua dependência do financiamento externo, haja vista que a capacidade de importar do resto do mundo, em especial a dos países socialistas, foi variável crucial na determinação dos níveis de produção cubanos nesses anos.

Ainda na etapa acima citada, aconteceram transformações radicais em termos de equidade social. Ampliou-se a capacidade do sistema de armazenamento e distribuição de água e se modernizou a rede ferroviária, além da ampliação da rede rodoviária. Houve um avanço na distribuição de energia elétrica que chegou ao abastecimento de 92% das famílias no final dos anos oitenta. Também foram feitos investimentos significativos nas áreas de saúde, educação, cultura e esporte. A taxa de analfabetismo, para pessoas com mais de 10 anos, caiu de 24% para 4% entre 1953 e 1981, enquanto que a taxa de desemprego passou de 20% para menos de 4% no mesmo período (RODRÍGUEZ, 1987).

4 HISTÓRIA ECONÔMICA DO HAITI

Com um passado riquíssimo e repleto de notáveis atributos, após duzentos anos de sua constituição como nação livre, o Haiti ainda não conseguiu estabelecer um Estado forte o suficiente para proporcionar condições ao seu desenvolvimento. A sua história foi caracterizada por sucessivos golpes militares e frequentes intervenções internacionais.

O Haiti, hoje o país mais pobre da América Latina, foi a primeira colônia a obter sua independência das metrópoles europeias, em 1º de janeiro de 1804. Este país também foi pioneiro na abolição da escravidão e na implantação do sistema republicano de governo – o segundo país após os Estados Unidos da América –, sendo no início do século XIX, a colônia mais produtiva do Novo Mundo.

A revolução haitiana contou com uma importante peculiaridade: foi protagonizada por escravos negros que combinaram a questão nacional com a sua inserção no sistema socioeconômico mundial. O conflito não se resumiu apenas a questões étnicas de brancos *versus* negros. Houve uma classe de mulatos que pela sua grande maioria influenciava – e o faz até hoje – o rumo político e econômico do país. Também, dentro dos grupos étnicos, existia uma divisão entre aqueles que apoiavam a monarquia e os que defendiam a república.

4.1 Da descoberta à independência: de 1492 a 1804

Em 1492, o navegador italiano Cristóvão Colombo, a serviço da coroa espanhola, em sua primeira viagem para as Américas, estabeleceu um assentamento espanhol chamado *Navidad*, na costa norte da ilha de *Hispaniola*. Esse povoado foi posteriormente destruído pelos nativos. Porém, Colombo, em uma nova viagem, estabeleceu a colônia de *Isabela*, mais a leste, que ficou conhecida como Santo Domingo, tornando-se um posto avançado para as conquistas do México e do restante das posses espanholas no Novo Mundo, dado que a mesma fornecia mantimentos para os conquistadores. O primeiro governante da ilha foi Bartolomeu Colombo (1450-1515), um dos irmãos de Cristóvão Colombo. A terra foi loteada entre a nobreza, por possuir o direito de escravizar os indígenas. Isto fez com que a população nativa quase desaparecesse durante a primeira metade do século XVI, como resultado de epidemias e do trabalho forçado – como

consequência, atualmente a maioria da população haitiana não é formada por mestiços, como acontece no restante da América Latina. Nessa época, houve a introdução da cana-de-açúcar e o início de uma pequena produção voltada para a exportação. Contudo, a Coroa Espanhola estava mais interessada na descoberta de ouro e prata, que não foram encontrados no Haiti. Dessa forma, após a conquista do México e do estabelecimento da Nova Espanha, Santo Domingo perdeu o status de centro administrativo e sua economia começou a decair, servindo apenas como entreposto entre a metrópole e as regiões mineradoras até o final dos anos 1500 (PIERRE-CHARLES, 2003).

Durante o século XVII, a Espanha começou a perder o controle dos mares para outras potências europeias. Em 1664, colonos franceses ocuparam a ilha de Tortuga, ao norte de *Hispaniola*, e de lá começaram a tomar o restante do atual território haitiano. Em 1700, o rei espanhol já havia renunciado ao controle da parte ocidental da ilha em favor da França, que batizou o local com o nome de Haiti, que na língua dos nativos da ilha significa região montanhosa.

Durante o século XVIII a colônia cresceu e prosperou. No momento da Revolução Francesa, em 1789, o Haiti estava produzindo mais da metade de todo o café produzido no mundo – os franceses introduziram essa cultura em 1726 –, 40% da produção de açúcar – sendo concorrente direto do Brasil –, além de representar 40% do comércio exterior da França. Possuía, também, 800 plantações de algodão, três mil de índigo, e outras especiarias como o cacau. Em seu clássico *A Riqueza das Nações*, de 1776, o economista escocês Adam Smith declarou a colônia como a mais importante das Índias Ocidentais.

Segundo Richard (1989), a prosperidade da colônia francesa foi baseada no trabalho escravo. Estima-se que, em seu auge, o Haiti possuía entre 500 e 700 mil escravos. A maioria deles era importada da África, predominantemente da região central de *Dahoumey*, no oeste do continente. O trabalho exaustivo das plantações, juntamente com as epidemias tropicais, mantinha a taxa de mortalidade elevada, necessitando-se a contínua substituição da mão-de-obra. A origem desses escravos marcou profundamente a cultura do país, especialmente na religião conhecida como vodu.

Nessa sociedade, acabou se desenvolvendo uma classe de mulatos que eram descendentes da elite branca e dos escravos negros. Aos mulatos foram concedidos privilégios que lhes permitiram acumular terras e riquezas. Contudo, eles

definitivamente não se integraram à elite, mas localizaram-se em um estrato superior ao dos escravos.

No final do século XVIII, teve início a formação de comunidades quilombolas nas montanhas haitianas. Essas comunidades, formadas por escravos fugitivos, iniciaram uma série de guerrilhas contra as plantações do país. Embora os franceses tenham conseguido controlá-los, com o tempo os quilombolas começaram a ganhar experiência militar. Por outro lado, os mulatos também adquiriram experiência militar ao serem incorporados no exército francês – que além de lutar no interior da ilha, participaram da Guerra da Independência dos Estados Unidos, entre 1775 e 1783, ao lado dos colonos norte-americanos. A classe representada pelos mulatos tinha interesse na preservação do sistema escravocrata na colônia, além de querer para si os mesmos direitos dados à elite branca (JAMES, 2000).

As mudanças políticas em curso na França trouxeram as ideias iluministas até o Haiti, porque durante a Revolução Francesa, a Assembleia Nacional Francesa decretou que todos os mulatos das colônias que possuíssem terras e pagassem os impostos seriam considerados cidadãos e teriam o direito de voto. Contudo, o governador francês na ilha recusou-se a conceder tais direitos, o que levou os mulatos a se rebelarem em 1790.

De acordo com James (2000), a partir de 1791, o Haiti entrou em um período de intensos conflitos internos. Além da revolta dos escravos e das comunidades quilombolas, havia a disputa de poder entre monarquistas e republicanos. Em 1793, em meio à guerra civil, a colônia declarou a abolição da escravatura. A repercussão na Europa foi tamanha, que inclusive a Inglaterra enviou tropas para capturarem a capital, Porto Príncipe. Em 1802, Napoleão Bonaparte enviou aproximadamente 20 mil soldados para conter a revolução. Apesar de ter que lutar contra todas as potências mundiais da época, finalmente, em 1º de janeiro de 1804, o Haiti declarou sua Independência.

4.2 A secessão do Haiti: de 1805 a 1820

Durante esse período, o país passou por uma fase fundacional. A ordem colonial foi desestruturada e a implantação de uma economia agrícola de subsistência tomou o espaço da antiga economia agroexportadora. Práticas culturais de origem africana foram estimuladas na construção de uma nova identidade

nacional. Segundo Pierre-Charles (2003), ao mesmo tempo, proibiu-se aos estrangeiros o direito de possuir propriedades no país.

A revolução haitiana devastou a produção agrícola. A liderança da nova nação enfrentou a assustadora tarefa de recomeçar a atividade econômica sem depender da escravidão. Em 1806, após o assassinato do primeiro líder nacional, Jean Jaques Dessalines (1758-1806), o país dividiu-se em dois (RICHARD, 1989).

Ao norte, formou-se o Reino do Haiti, sob a liderança de Henri Christophe (1767-1820). Esta região caracterizou-se pelo trabalho forçado nos latifúndios, como forma de tentar recuperar os níveis de produção e exportação que existiam antes da revolução. As plantações foram mantidas como propriedade estatal e os escravos libertos não podiam deixá-las. Porém, as condições de trabalho melhoraram um pouco, pois os trabalhadores recebiam um quarto da safra a título de remuneração. Estabeleceu-se uma espécie de servidão feudal.

Já no sul, formou-se a República do Haiti, sob a liderança de Alexandre Pétion (1770-1818), que seguiu os ideais da Revolução Francesa distribuindo as terras do Estado em pequenos lotes, no intuito de criar uma sociedade de agricultores livres. Porém, os pequenos agricultores tenderam a produzir apenas para sua própria subsistência, abandonando as culturas de exportação – especialmente a cana-de-açúcar, cujo cultivo é o mais desgastante para a mão-de-obra. O café continuou a ser plantado, mas não em quantidade suficiente para gerar receitas com o comércio externo, servindo apenas como uma renda extra às famílias. Sem a produção do açúcar, as usinas tiveram de encerrar suas atividades. Embora as reformas tenham melhorado a vida dos ex-escravos, também produziram um grave declínio na produção.

Em 1820, após a morte dos governantes das duas nações, o sucessor de Alexandre Pétion, general Jean Pierre Boyer (1776-1850), iniciou uma marcha para o norte com o objetivo de unificar o país. Além de conquistar o Reino do Haiti, o general também dominou o país vizinho, a República Dominicana. O controle completo da ilha perdurou até 1844.

4.3 Boyer, expansão e declínio: de 1821 a 1914

Após a unificação do país, a economia se voltou novamente para a exportação, principalmente do café. No plano político, os comandantes militares

haitianos se tornaram os novos donos do poder e passaram a governar o Haiti sob a força do autoritarismo militar. A ideia da construção de uma nação socialmente mais justa, para Pierre-Charles (2003), foi sendo gradativamente abandonada.

O Estado autoritário haitiano passou a controlar a vida econômica local. No centro do poder dessa nação, que nasceu com os princípios de igualdade, formaram-se abismos entre negros e mulatos, civis e militares, burgueses crioulos e estrangeiros. A maior parte da população se submeteu a uma pequena oligarquia. Nesse período, o capital francês voltou a aportar em sua antiga colônia.

Todavia, sob o governo do general Boyer, a economia não conseguiu atingir os patamares alcançados no século anterior, principalmente devido ao pagamento de uma dívida de 150 milhões de francos à França, referente às indenizações pela independência. As dificuldades fiscais, associadas ao pagamento das citadas indenizações, acabaram por esvaziar o tesouro nacional, restando poucos recursos para investir no país. Em 1843, eclodiu uma rebelião contra os elevados impostos, a corrupção, e o regime ditatorial, culminando com a deposição de Boyer e seu refúgio na Jamaica (RICHARD, 1989).

Os sucessivos presidentes haitianos deram prioridade ao enriquecimento próprio. A concorrência entre negros e mulatos pelo controle político do Haiti continuou durante todo o resto do século XIX e início do XX, refletindo nos constantes embates entre os dois partidos políticos da época: o Partido Nacional, controlado pelos negros, e o Partido Liberal, que congregava os mulatos.

Entre os aspectos positivos desse período, podemos citar a criação do Banco da República do Haiti, uma bem-sucedida instituição pública dedicada à gestão econômica. Fundado em 1880 como banco comercial, começou a funcionar também como banco central em 1930, emitindo a moeda nacional – o gourde. Outro ponto importante foi a retomada da exportação de açúcar, no final do século, sob o comando de empresários estrangeiros (RICHARD, 1989).

Em 1915, uma multidão indignada com a violência da ditadura e a execução de 167 presos políticos, invadiu a sede do governo, capturou o presidente e o esquartejou em praça pública. A ruptura completa da lei e da ordem foi utilizada como justificativa para os Estados Unidos da América invadirem o Haiti neste mesmo ano. A ocupação foi provavelmente influenciada pelo temor de que empresários alemães estariam ganhando o controle do país, o que ameaçava os

interesses norte-americanos na região do Caribe e no acesso ao Canal do Panamá (GRONDIN, 1985).

4.4 A invasão norte-americana: de 1915 a 1950

Os dezenove anos de ocupação estrangeira trouxeram inquestionáveis benefícios econômicos ao Haiti. Afora os reajustes fiscais e monetários, os militares norte-americanos construíram estradas, pontes, escolas e hospitais, além de introduzirem o telefone na capital Porto Príncipe e realizarem uma série de outras obras de infraestrutura. As tropas partiram em 1934, permanecendo no país um grupo gestor das contas nacionais que ficou no Haiti até 1941. Os setores vinculados à exportação e importação passaram a representar o eixo principal da economia, favorecendo o nascimento de uma pequena burguesia local.

Em 1919, o Haiti indexou a sua moeda à dos Estados Unidos, com uma taxa de cinco gourdes por dólar. Desde esta data, a divisa norte-americana tem servido como moeda legal e circula livremente na ilha. Surpreendentemente, a taxa de câmbio permaneceu fixa por muitas décadas, não existindo mercado negro para o gourde, até meados dos anos 1980. Porém, nessa época, a elevada inflação e os grandes déficits públicos fizeram com que os ganhos no mercado paralelo chegassem a 25% (RICHARD, 1989).

Segundo Dupas (2005), a invasão norte-americana, entretanto, foi uma manobra para tomar o lugar da França como potência hegemônica no Haiti. Além disso, a localização geográfica do país garantiu aos Estados Unidos o controle de grande parte das rotas marítimas caribenhas. Não por mera coincidência, a ocupação ocorreu um ano após a abertura do canal do Panamá, principal passagem comercial das Américas.

Entre 1916 e 1927, 87% das importações do Haiti eram provenientes dos Estados Unidos. A produção de cana-de-açúcar, reconstituída no início do século XX como base da economia haitiana, foi posta sob o controle de empresários e funcionários norte-americanos, por meio da Companhia de Açúcar Haitiano-Estadunidense – HASCO. Após a ocupação, a empresa manteve o controle sobre o açúcar haitiano até 1987.

Conforme Richard (1989), entre outras medidas, foi criada isenções fiscais para empresas norte-americanas, que vigoraram até a década de 1980. Também foi

organizado o pagamento de uma dívida externa do Haiti com os Estados Unidos, que chegava a US\$ 24,5 milhões em 1915. Não obstante, a economia haitiana gozava de algum crescimento econômico na década de 1940 e no início da década de 1950, em parte graças às melhorias na infraestrutura do país, mas principalmente devido ao aumento dos preços das suas exportações.

4.5 A ruína do Haiti: de 1951 a 1989

A partir de 1950, os indicadores sociais e econômicos haitianos permaneceram muito negativos e o país tornou-se a nação mais pauperizada da América Latina. Segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL –, em seu relatório de 2001, o Haiti foi o único país do mundo que não teve experiência real de crescimento econômico durante a maior parte dos anos 1950 e na década de 1960, um período em que a economia mundial expandiu-se com as taxas mais elevadas da história.

Foi exatamente nessa época que o Haiti passou a ser governado pela família Duvalier. Em 1957, François Duvalier (1957-1971), chamado pelo povo de Papa Doc, promoveu um golpe de Estado mantendo-se no poder até 1971, sendo substituído pelo seu filho Jean Claude Duvalier, conhecido como Baby Doc, nomeado presidente vitalício. Em 1986, Baby Doc foi forçado a deixar o país devido à pressão de diversos setores da sociedade que reagiram contra o autoritarismo e a repressão que marcaram seu governo.

Segundo Lafantasia (1996), a “papadocracia” representou a combinação de três vertentes: a política dos Estados Unidos da América para o Caribe, principalmente durante a Guerra Fria – o regime de Papa Doc recebia milhões de dólares da CIA por mês; um modelo econômico voltado à exportação de matérias-primas; e a habilidade dos Duvalier em manipularem esses dois elementos e aniquilarem toda tentativa de oposição.

François Duvalier modelou a economia haitiana através de um sistema dominado pelo clientelismo, pela corrupção institucionalizada e pela repressão política. Como resultado, muitos cidadãos deixaram o país. A “fuga de cérebros” se tornou um problema grave. Estima-se que por volta de 1969, existiam mais médicos haitianos em Montreal, no Canadá, do que no próprio Haiti.

Em 1961, foi lançado um programa para derrubar árvores da região oriental do país. A justificativa foi que esse era o único meio de deter as guerrilhas comunistas, supostamente atuantes na área. Foi apoiado pelos Estados Unidos, que enviaram, somente naquele ano, US\$ 13,5 milhões ao país – quase 45% do orçamento. O Haiti, outrora conhecido como a “Pérola Verde do Caribe”, tornou-se um grande deserto. No final do governo de Papa Doc, menos de 2% de sua vegetação original subsistia (DUPAS, 2005).

Entretanto, na década de 1970, o Haiti alcançou uma taxa de crescimento econômico anual em torno de 5%, graças à ajuda externa, investimentos estrangeiros e preços das exportações mais elevados. Conforme Richard (1989), o início de um processo de substituição de importações no final dos anos 1960 e o rápido desenvolvimento da indústria na década posterior, estimulou a expansão da economia.

Esse desenvolvimento foi capitaneado por empresas multinacionais norte-americanas, que se aproveitaram da proximidade da ilha com os Estados Unidos e com o baixo valor da mão-de-obra local. O Haiti era (e continua sendo) um dos poucos países onde o nível salarial é tão baixo que é capaz de competir com a China. Além disso, houve um exponencial crescimento do turismo e da indústria da construção civil – relacionada diretamente com a atividade turística.

Em 1971, com a morte de Papa Doc, tomou posse seu filho, Baby Doc, prometendo manter a política do pai. Tal atitude foi elogiada e apoiada pelos Estados Unidos que, via Fundo Monetário Internacional – FMI –, enviou aos cofres do regime cerca de US\$ 2 milhões (DUPAS, 2005).

Entretanto, no final da década, a crise econômica se agravou e a fome se alastrou. Em embarcações improvisadas, milhares de haitianos fugiram para os Estados Unidos e Cuba. Muitos se entregaram ao trabalho, em condições comparáveis às dos escravos, nas plantações de cana-de-açúcar do país vizinho – a República Dominicana. Entre 1950 e 1980, estima-se que 150 mil haitianos tenham ido para o país vizinho. Nas duas décadas seguintes, o número chegou a 320 mil. Devido à superlotação dos necrotérios, Baby Doc exportou cadáveres para universidades norte-americanas, onde eram usados em estudos práticos de anatomia.

Graças à má administração e à corrupção, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto na década de 1980 foi de 2,5% negativos ao ano. A inflação aumentou

anualmente cerca de 8% e o desemprego atingiu uma média de 30% da população economicamente ativa. Além disso, a isenção de impostos sobre as importações causou um déficit de US\$ 200 milhões na balança comercial. Também se percebe nessa época, a grande concentração de renda causada pelo governo dos Duvalier: 67% das terras aráveis pertenciam a 1,15% da população e 1% dessa mesma população recebia 45% da riqueza produzida anualmente. Contribuíram ainda para a ruína da economia, as estatizações da frota de pesca do Haiti, de uma fábrica de farinha, uma de cimento, uma de transformação e duas de açúcar. Os lucros das empresas estatais eram distribuídos entre o presidente e seus aliados (RICHARD, 1989).

Em 1986, a insatisfação popular se generalizou. Os levantes que eclodiram por todo o país fizeram com que Baby Doc abandonasse o Haiti e se refugiasse na França. Estima-se que na época da fuga, sua fortuna pessoal fosse de US\$ 100 milhões.

Desde então, a economia haitiana entrou em um processo de profunda recessão, e a instabilidade política tomou conta da nação. Projetada para 150 mil habitantes, mas com 1,1 milhão de pessoas em 1989, Porto Príncipe é a imagem do colapso do país. As favelas dominaram o espaço urbano. Nas ruas, sem pavimentação, pessoas sobrevivem do comércio informal. Os esgotos estão a céu aberto. Faltam eletricidade e água potável. A criminalidade cresce. O tráfico de drogas tornou-se o sustento de muitas famílias: em 1988 movimentou US\$ 500 milhões, duas vezes mais do que no ano anterior (DUPAS, 2005).

De acordo com Richard (1989), no final dos anos 1980, o Haiti possuía uma frota de quatro mil automóveis – todos importados – e não existiam ferrovias. Apenas o aeroporto internacional situado na capital atendia o país inteiro, que contava com somente seis telefones para cada mil habitantes, sendo que a média na África era de oito telefones para cada mil pessoas. Além disso, a principal fonte de renda da época, o turismo, sofreu um baque com a notícia inverídica de que a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS, em inglês) teria tido origem no país. Com as sucessivas perdas de receita, a dívida externa chegou a US\$ 800 milhões no final do período.

5 REALIDADES COMPARADAS: DE 1990 A 2010

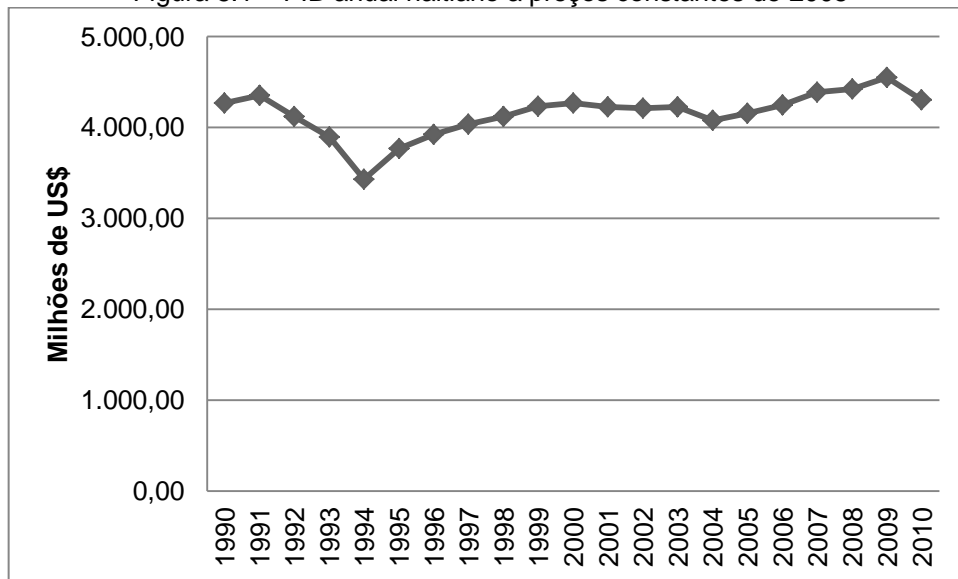
Nos últimos dois capítulos, acompanhamos as trajetórias econômicas, políticas e sociais de Cuba e Haiti. Vimos como ambos os países foram colônias europeias e, que por não possuírem recursos como ouro e prata, foram relegados a segundo plano pelas metrópoles, apesar de especializarem-se em produtos agrícolas exportáveis. Observamos que o Haiti empreendeu uma independência precoce, protagonizada pelos escravos em meio a Revolução Francesa, enquanto Cuba fora estabelecer seu governo próprio quase que um século depois. Abordamos ainda, a interferência norte-americana nas duas nações durante o final do século XIX e início do XX e, por fim, a forte influência que a Guerra Fria teve na condução de Papa Doc e de Fidel Castro ao comando dos respectivos Estados.

Trataremos agora dos principais acontecimentos que marcaram as realidades desses dois países nos últimos vinte e um anos. A partir dos dados coletados e da literatura disponível buscaremos descrever e compreender tais fatos.

Nas primeiras eleições livres do Haiti, em 1990, Jean-Bertrand Aristide foi eleito presidente com 67% dos votos. Em seus discursos, ele defendeu a reforma agrária, a distribuição de renda, a alfabetização em massa e o estabelecimento de laços com o governo cubano. Entretanto, desde o início de seu governo, Aristide foi hostilizado pelos *Tontons Macoutes* – polícia secreta do antigo ditador –, pelos latifundiários e pelos militares. Considerando que a proposta de promover mudanças sociais representaria um foco de instabilidade, tais setores ameaçavam derrubar o presidente.

Já em Cuba, com a dissolução da URSS em 1991, teve início uma terrível crise econômica por causa da queda brusca, e sem compensações, das relações com o CAME, que significavam 83,2% do comércio total cubano em 1985. Além disso, a alta especialização na produção de açúcar, mercadoria em franco declínio internacional, e em críticos, de mercado mundial muito controlado, contribui para o agravamento da crise. No período 1986-1990, reduziram-se os intercâmbios com o resto do mundo, devido à diminuição das divisas e dos créditos, e se agravou a deterioração dos termos de troca com os países do CAME (CARRANZA, 1995).

Figura 5.1 – PIB anual haitiano a preços constantes de 2005

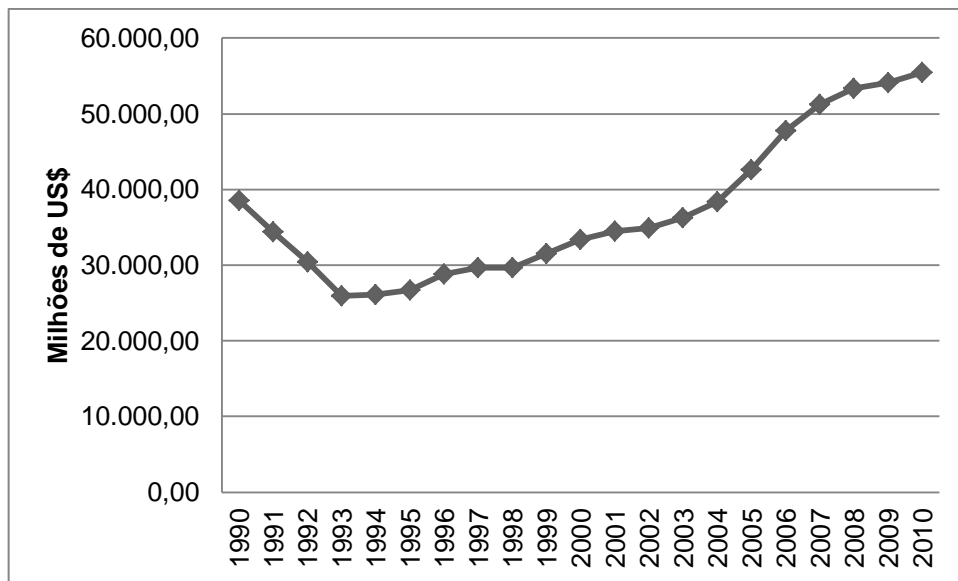


Fonte: Tabela A.1 (APÊNDICE A).

Pela Figura 5.1 vemos que o PIB real haitiano cresceu 1,9% entre 1990 e 1991, atingindo US\$ 4,3 bilhões, valor que somente seria alcançado novamente em 2007. Na série analisada, o crescimento acumulado da renda nacional nos últimos vinte e um anos é de apenas 0,85%. A queda de mais de 20% no período 1991-1994 ocorreu devido à crise institucional que teve início com o golpe militar sofrido por Aristide em setembro de 1991. O presidente deposto se refugiou na Venezuela e, depois viajou para os Estados Unidos. Em outubro do mesmo ano, após campanha internacional impulsionada pelo Partido Democrata dos EUA, a Organização dos Estados Americanos – OEA – e o governo Bush iniciaram um embargo econômico ao Haiti.

Em 1993, Bill Clinton assumiu a presidência dos EUA. Clinton defendeu publicamente o retorno de Aristide ao poder. Para isso, negociou sem sucesso com o líder da junta militar que governava o Haiti, o general Raoul Cédras. Um ano depois, com o aval da ONU, 20 mil soldados americanos ocuparam o país e reconduziram Aristide à presidência. Durante o governo golpista foram despejados de suas terras 350 mil pequenos camponeses e cerca de quatro mil pessoas foram assassinadas (PIERRE-CHARLES, 1996).

Figura 5.2 – PIB anual cubano a preços constantes de 2005



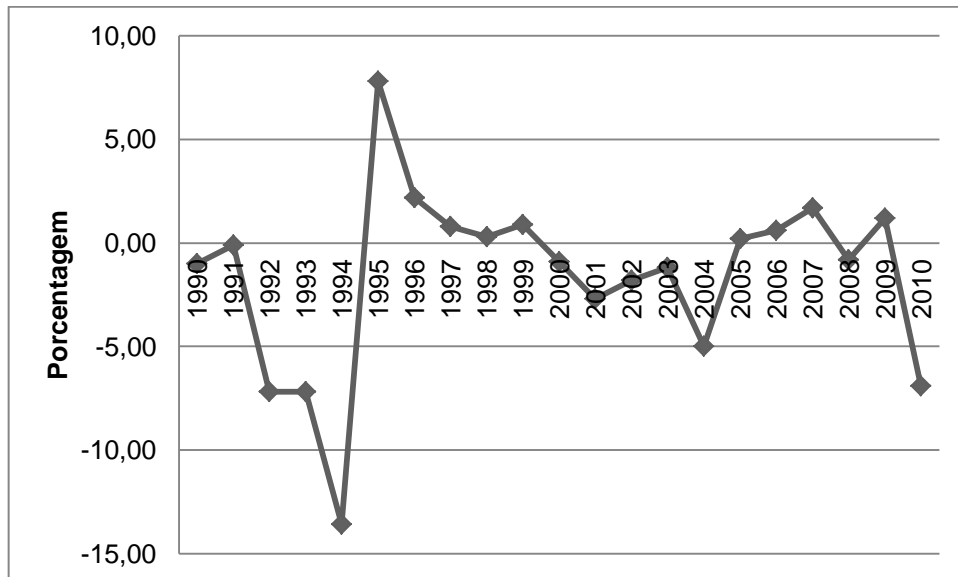
Fonte: Tabela A.1 (APÊNDICE A).

Entre 1990 e 1993, o desempenho econômico cubano foi destroçado. A produção caiu em todos os ramos, carente de insumos, peças e equipamentos, demanda externa e motivações. Conforme a Figura 5.2, a queda do PIB real nesse período foi de aproximadamente 33%, chegando a US\$ 25,9 bilhões em 1993. Em setembro de 1990, foi implementado um programa emergencial chamado “período especial”, que propôs a distribuição equitativa dos efeitos da crise entre a população e a criação de condições para a reintegração de Cuba na economia internacional. Com a necessidade de aumentar a capacidade de importação, foi dada prioridade para a política econômica externa através de uma maior abertura ao investimento externo direto, que havia começado alguns anos antes com o desenvolvimento de serviços de turismo, e gradualmente se espalhou para outras atividades produtivas.

Desde 1992, produziram-se mudanças institucionais e medidas concretas para enfrentar a crise. A Constituição de 1976 foi reformada naquele ano para abrir um leque de oportunidades econômicas aos estrangeiros. Desde julho de 1993, estabeleceu-se um regime de dupla moeda, com a livre circulação do dólar, a recepção legal de remessas familiares do exterior e as contas bancárias pessoais em divisas estrangeiras. O estado, muito reduzido em seus recursos, racionalizou sua estrutura, ampliou bastante a autonomia de seus órgãos econômicos, prescindiu do monopólio do comércio exterior, reformou o sistema bancário e foi cedendo em matéria de planejamento central, em favor de controles indiretos e mecanismos de

mercado. O setor agropecuário se transformou. Em outubro de 1993, a maior parte das empresas estatais – que possuíam 80% da terra em uso – foi transformada em cooperativas agropecuárias (CARRANZA, 1995).

Figura 5.3 – Taxa de crescimento do PIB *per capita* real haitiano



Fonte: Tabela A.4 (APÊNDICE A).

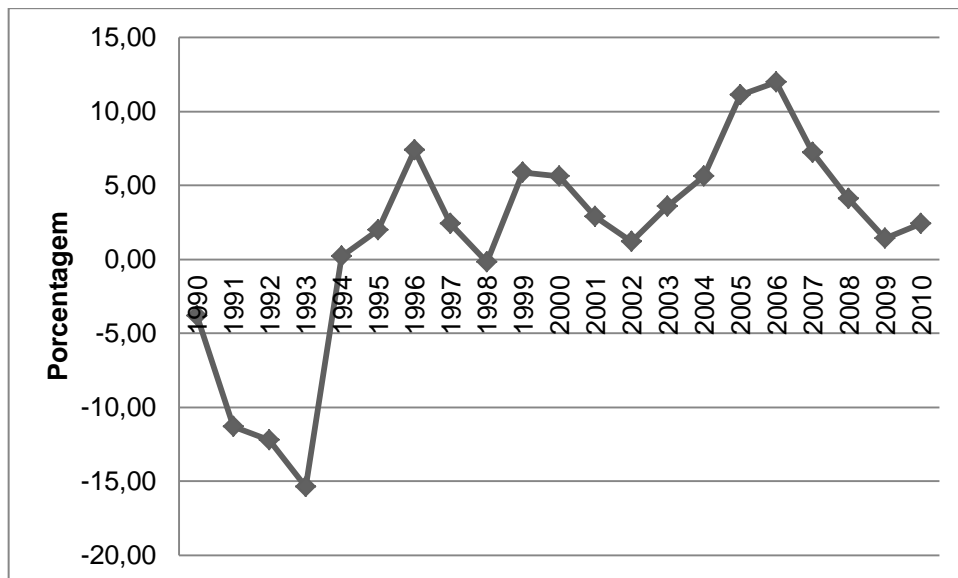
No ano de 1990, PIB *per capita* real no Haiti era de US\$ 600,80, sendo o valor mais alto atingido na série analisada. Em 2010, a renda real foi de US\$ 427,00 por haitiano, o que significou uma queda acumulada de 28,93% ao longo dos últimos vinte e um anos, como podemos observar pela Figura 5.3. No mesmo período, a população cresceu 39,02% atingindo 9.884 habitantes em 2010. Apesar de a população rural estar diminuindo a taxas crescentes, com uma reversão dessa tendência entre 2005 e 2010, a maioria dos habitantes – 54,74% - ainda reside fora das cidades (ver Tabelas A.9 e A.12 do APÊNDICE A).

A falta de infraestrutura urbana na oferta de serviços como saúde, educação, lazer, entre outros, a manutenção de baixos níveis de produtividade no campo, a alta criminalidade na principal cidade do país, Porto Príncipe, a ausência de perspectivas de empregabilidade nos centros urbanos – taxa de desemprego chegou a 70% da população em 2000, conforme a Tabela 5.1 – e a instabilidade política do Haiti são alguns dos fatores que explicam a permanência, e inclusive o retorno, da população na zona rural.

Tabela 5.1 – Taxa de desemprego (porcentagem da população)

	1990	2000	2010
Cuba	5,4	5,4	2,5
Haiti	49,8	70,0	40,6

Fonte: CIA (2012).

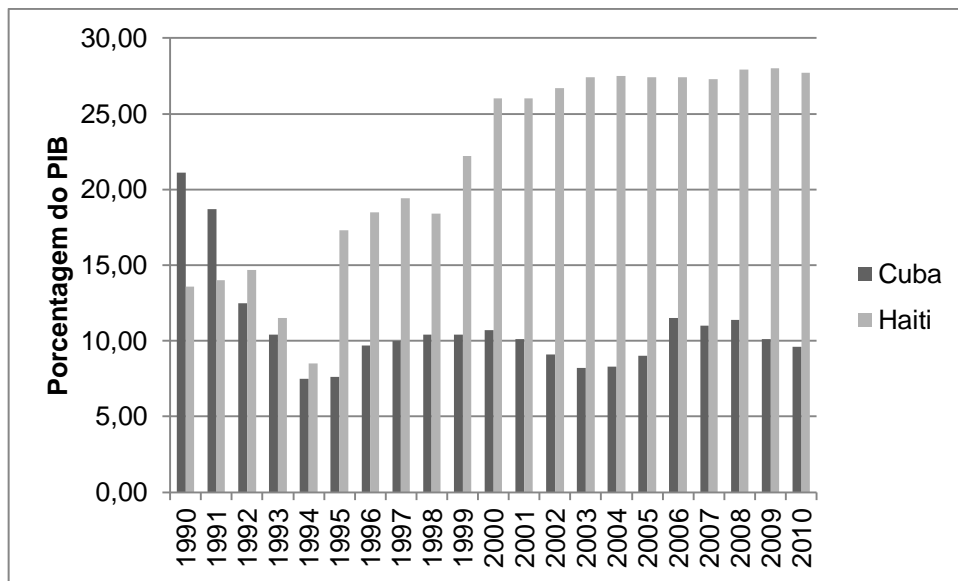
Figura 5.4 – Taxa de crescimento do PIB *per capita* real cubano

Fonte: Tabela A.4 (APÊNDICE A).

A renda *per capita* real de Cuba no ano de 1990 foi de US\$ 3.648,20 – aproximadamente seis vezes a do Haiti. Em 2010 a mesma medida chegou a US\$ 4.948,40, o que significou um crescimento acumulado de 35,64% ao longo dos últimos vinte e um anos, segundo a Figura 5.4. Para fins de comparação observamos que ambos os países estudados encontram-se abaixo da média do Caribe – US\$ 7.382,00 – e da América Latina mais o Caribe – US\$ 5.578,40 – em termos de PIB real *per capita* no ano de 2010.

Entre 1990 e 2010 a população cubana cresceu 6,27%, chegando a 11.298 habitantes no final do período, sendo que a maioria destes reside nas cidades – 77,40% em 2010. A taxa de crescimento da população total vem decrescendo ao longo dos últimos vinte e um anos, enquanto que a taxa de crescimento da população rural vem tornando-se cada vez mais negativa, o que nos indica um êxodo do campo em direção ao meio urbano. Esta migração é explicada em parte pelo aumento da participação relativa do setor de serviços, em especial o turismo, no total das atividades econômicas (ver Tabelas A.9 e A.11 do APÊNDICE A).

Figura 5.5 – Formação Bruta de Capital Fixo a preços constantes de 2005



Fonte: Tabela A.5 (APÊNDICE A).

Na Figura 5.5 vemos a quantidade relativa da renda nacional que foi destinada para o investimento – público e privado – ao longo dos últimos vinte e um anos. Com exceção dos anos de 1990 e 1991, o Haiti apresenta níveis de investimento relativo superiores aos de Cuba. Tal desempenho, teoricamente, deveria favorecer o crescimento do PIB *per capita* haitiano a níveis maiores do que o cubano, entretanto já verificamos que isso não ocorreu.

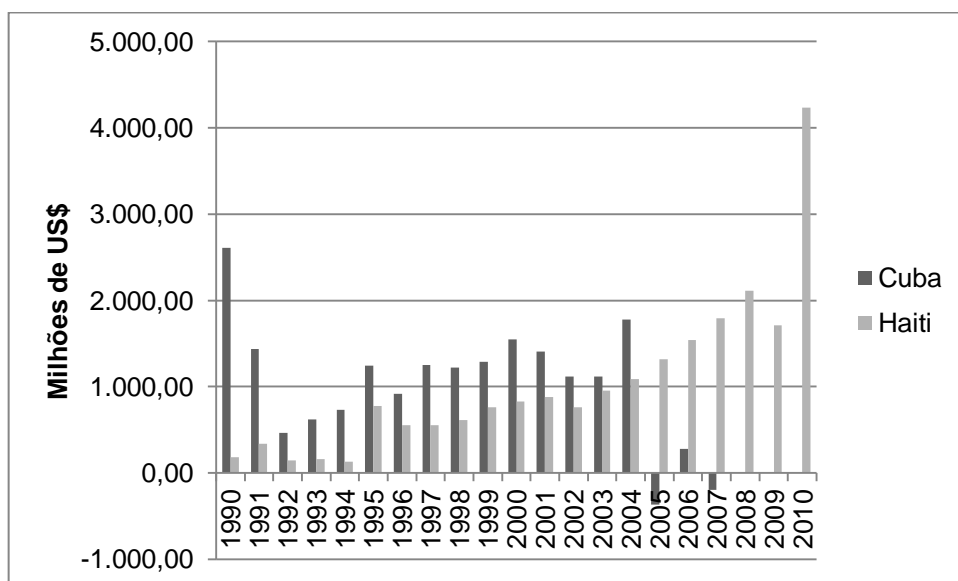
Predominantemente, a causa do fenômeno acima visto fica a cargo da crise institucional pela qual tem passado o Estado haitiano ao longo desses anos. As famílias recorreram às organizações não governamentais e ao setor privado tentando atender às necessidades básicas de segurança, saúde, educação, dada a limitada capacidade do governo em garantir a oferta desses serviços. Vale lembrar que essa limitação estatal na promoção de serviços básicos parece haver sido estimulada por alguns setores da cooperação internacional, como resposta à possibilidade de desvio dos recursos públicos. Ainda assim, a crescente presença do mercado e das ONGs na área social não tem sido, necessariamente, acompanhada por uma melhoria nos padrões de qualidade destes serviços. É improvável que tal caminho venha a se estabelecer como base para um novo modelo de desenvolvimento do qual o país precisa.

Em 1994, o retorno do presidente Aristide, aos olhos do povo, significava a promessa de uma vida melhor. Contudo, desapareceram dos discursos as

referências a grandes transformações sociais, como a reforma agrária. Em 1995, ele lançou um programa de privatizações. Ao mesmo tempo, fez comício em favelas, investiu em propaganda e tomou algumas medidas que agradaram setores mais a esquerda, como o reconhecimento público de Cuba como um país livre, por exemplo. Ainda em 1995, apesar de Aristide não poder concorrer à reeleição seu candidato, René Préval, vence facilmente o pleito. O primeiro-ministro escolhido pelo pelos legisladores, entretanto, foi Rosny Smarth que representava a oposição. Com isso, Aristide se distanciou do governo e fez campanhas contra o primeiro-ministro (PIERRE-CHARLES, 1996).

Em 1997, acusando o grupo político FL – *Fanmi Lavalas*, apoiadores de Aristide – de persegui-lo, Smarth renunciou. Dessa forma, o ex-presidente Aristide retomou uma atuação central no governo, negociando e controlando a entrada dos investimentos e da ajuda financeira dos EUA ao Haiti. Na Figura 5.6 temos uma medida da quantidade de recursos internacionais aportados no país durante os últimos vinte e um anos, com exceção dos empréstimos do FMI. A ONU criticou a crise política do país. Em maio de 2000, a FL venceu as eleições legislativas, mas a OEA as considerou fraudulentas. Préval, isolado, não conseguia mais governar. As disputas políticas se acirraram ao ponto de a oposição boicotar as eleições presidenciais de novembro de 2000, o que levou Aristide a reeleição sem dificuldades.

Figura 5.6 – Balanço das transferências correntes mais conta capital e financeira



Fonte: Tabelas A.21 e A.22 (APÊNDICE A).

Já em Cuba, desde 1995, a economia vem se recuperando em ritmo paulatino, mas sustentado, e tem crescido em produtos, serviços e eficiência, apesar de se obrigar a realizar enormes mudanças em várias esferas. Entre as razões desse êxito, podemos citar que a população cubana tem altos níveis gerais de conhecimentos e capacidades, o sistema de serviços sociais está entre os mais avançados do mundo e tem resistido à deterioração que a crise lhe inferiu, a paz social e política favorecem bastante a atividade econômica e o Estado se mostra capaz na realização de suas tarefas.

Entre as atividades que puxaram a recuperação damos destaque ao turismo que cresceu velozmente e se associou com empresas estrangeiras. Já em 1998 esse setor trouxe 50% do total da receita em divisas, e atualmente emprega cerca de cem mil funcionários. O açúcar, cujo preço internacional despencou desde 1993, reduziu ordenadamente sua produção, mas continua como importante mercadoria de exportação. O níquel multiplicou sua importância, registrando uma sólida expansão produtiva e comercial e aproveitando a ótima conjuntura de elevação da sua cotação no mercado externo. Na área energética, a estatal Cubapetróleo, em plena crise, continuou sua expansão produtiva de petróleo – de 0,8 milhão de toneladas em 1991 para 3,7 em 2003 – e de gás, que no mesmo período pulou de 33 para 658 milhões de metros cúbicos, significando uma aposta estratégica e de substituição de importações por parte do governo (PÉREZ, 2003).

Nos primeiros anos da década de 1990, Cuba encorajou muito o investimento externo direto – IED – conseguindo resultados notáveis em alguns setores, como o turismo e a indústria açucareira, mas com amplitude modesta sob o recrudescimento do bloqueio econômico promovido pelos EUA desde meados do século XX. Depois de 2002, diminui-se o número de empresas mistas com o aumento do controle estatal, concentrando-se mais na relação com os sócios nos setores que o governo considerava de maior relevância. Em novembro de 2004, o dólar, de livre circulação desde 1993, foi substituído pelo peso conversível, causando uma reversão na tendência dos IEDs, como podemos ver pela Figura 5.6.

Em termos de desenvolvimento humano, observamos pela Tabela 5.2 que tanto a economia cubana quanto a haitiana apresentaram elevação desse quesito durante os últimos vinte e um anos – 14,18% e 13,10% respectivamente. Cuba encontra-se atualmente na 51ª posição no *ranking* organizado pelas Nações Unidas – próximo a países como Uruguai, México, Argentina, Chile e Portugal – sendo

considerado como nação de alto desenvolvimento humano. Já o Haiti está em 158º lugar, considerado como país de baixo desenvolvimento humano junto de outros como Nigéria, Uganda, Zâmbia, Senegal e Nepal.

Tabela 5.2 – IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)

	1990	2000	2010
Cuba	0,677	0,681	0,773
Haiti	0,397	0,421	0,449
Brasil	0,600	0,665	0,715
A. Latina e Caribe	0,624	0,680	0,728

Fonte: UNDATA (2012).

Notamos que a esperança de vida ao nascer em Cuba passou de 74,8 para 78,7 anos entre 1990 e 2010, enquanto que no Haiti foi de 55,3 para 60,1 anos, no mesmo período. A taxa de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos diminuiu de 15,3 para 5,1 no primeiro país, e de 85,5 para 48,8 no segundo, nos anos observados. Em compensação, o acesso ao saneamento básico caiu de 26% para 17% da população haitiana entre 1990-2010, enquanto que em Cuba subiu de 80% para 91% da população durante esse período. Em todos esses indicadores o Haiti encontra-se bem abaixo da média do Caribe e da América Latina mais o Caribe (ver Tabelas A.8, A.13 e A.14 do APÊNDICE A).

Durante o novo mandato de Aristide, no Haiti, houve a construção de uma zona franca em Ouanaminthe, no nordeste do país, em 2003. Administrada por uma empresa dominicana, o Grupo M, a área garantiu isenções de impostos a grandes corporações. Os trabalhadores, com jornadas de mais de dez horas diárias, recebiam menos de dois dólares ao dia. Enquanto isso, nos altos escalões do governo reinava a corrupção. Verbas para políticas sociais eram desviadas por altos funcionários. E, para garantir o apoio nas favelas, o presidente adotou medidas populistas, como a distribuição de comida e roupas, além de organizar e armar grupos ligados à FL, que vigiavam e reprimiam a ação de setores opositoristas.

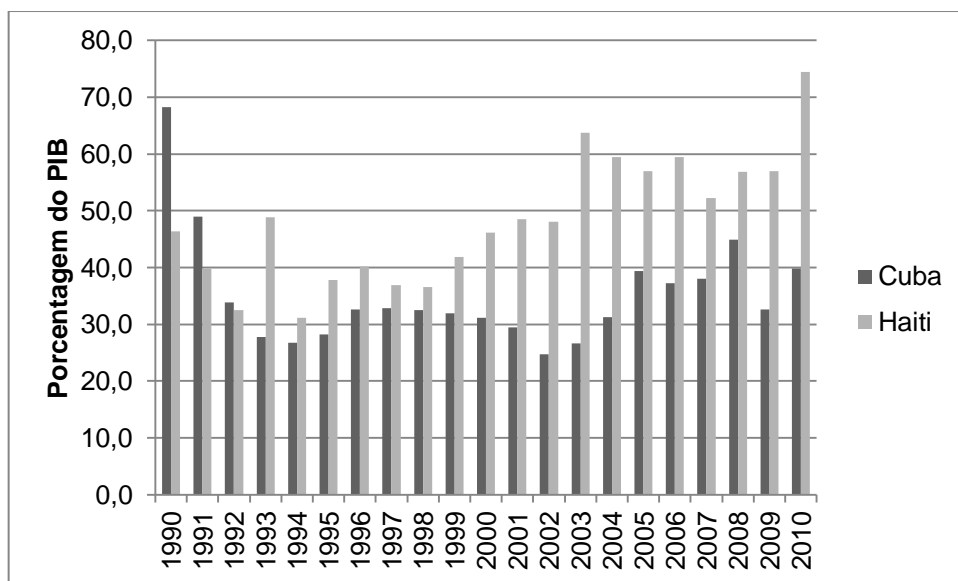
Desde o final de 2003 as manifestações contra Aristide se multiplicaram. Movimentos camponeses protestaram contra o governo, organizando marchas e ocupações de terras, principalmente as pertencentes ao Estado. Em Ouanaminthe, os trabalhadores entraram em greve. Nos bairros pobres, associações de moradores começaram a resistir à atuação das milícias. No mesmo período, na região de

Gonaives, ex-militares arquitetaram um golpe de Estado fracassado, com o apoio de Baby Doc que estava refugiado na França (ONU, 2004).

Em 29 de fevereiro de 2004, o presidente foi deposto. Com o aval da ONU, soldados norte-americanos ocuparam o país e instauraram um governo que se dizia transitório. A alegação era a necessidade de defender a democracia do Haiti, que estava à beira de um golpe militar. O ex-presidente da Suprema Corte de país, Boniface Alexandre, assumiu o lugar de Aristide, com o apoio da comunidade internacional, entretanto, a falta de legitimidade popular era notória – por exemplo, o primeiro-ministro, Gérard Latortue era alfabetizado em francês e não conseguia ler crioulo, a língua falada por 85% dos haitianos.

O governo foi guiado pelas instituições internacionais, especialmente o Banco Mundial e a ONU, que definiram as estratégias de curto e médio prazos para a nação. Milhões de dólares foram investidos na construção de zonas francas que, no entanto, não eram controladas pela sociedade haitiana. Podemos ver pela Figura 5.7 que as políticas econômicas adotadas no Haiti durante a gestão da ONU mantiveram o elevado grau de abertura econômica do país, chegando a 74,5% do PIB no ano de 2010. Atualmente o principal parceiro comercial do país são os EUA, participando de 90,2% das exportações e 51% das importações.

Figura 5.7 – Grau de abertura da economia a preços correntes



Fonte: Tabela A.29 (APÊNDICE A).

Por sua vez, Cuba reorientou suas relações econômicas exteriores de maneira radical desde 1990. O dinamismo do turismo marcou a primeira década estudada, mas outros produtos com o níquel, os sucos cítricos, o rum, o tabaco e o açúcar também tiveram sua importância nesse rearranjo comercial. Medicamentos e equipes de saúde, atualmente estão na vanguarda das exportações não tradicionais, e os serviços de saúde dão uma contribuição extraordinária para a balança comercial.

Observamos pela Figura 5.7 que após uma drástica queda no começo da série – de 68,3% em 1990 para 27,8% em 1993 – o grau de abertura da economia cubana estabilizou-se até 2002, quando começou a expandir-se novamente chegando a 56,9% do PIB em 2008 – sendo deprimido após esse ano em função da crise financeira mundial.

O intercâmbio de Cuba com a América Latina e o Caribe cresceu de uma proporção ínfima, em 1990, para 28,3% do comércio externo em 2003, sendo a metade desse comércio com a Venezuela. As relações entre os dois países tiveram um salto em dezembro de 2004, quando se concretizou a proposta do presidente Hugo Chávez da Alternativa Bolivariana para as Américas – ALBA –, uma integração latino-americana declaradamente contrária às propostas da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. Foram postos em marcha projetos mistos de desenvolvimento siderúrgico, de níquel e cobalto, de agricultura, energia elétrica, infraestrutura ferroviária, aeronáutica civil, transporte marítimo, reparação naval e construção de embarcações, moradias, pesca, empresas culturais, artigos desportivos, produção animal e vegetal. O comércio entre os dois países destaca-se atualmente pelos setores de saúde e de abastecimento de combustíveis.

De acordo com Santiso (2012), a partir de 2004 cresceram também as relações com a China. Em novembro daquele ano, os dois países firmaram acordos de crédito e comércio, totalizando um investimento de US\$ 1,8 milhão em Cuba. No final dos anos 2000 entraram em funcionamento duas empresas mistas que produziam medicamentos biotecnológicos.

A reorganização do setor externo cubano permitiu que em 2004 a balança de pagamentos fosse positiva, o que não ocorria desde o início da crise dos anos 1990. As reservas internacionais passaram de quase zero para US\$ 1,47 milhão naquele ano. A política econômica e a posição internacional de Cuba vêm se fortalecendo desde então. Contudo, embora cresça em valor, e importância, a exportação de

produtos não tradicionais, Cuba ainda é um grande exportador de bens primários. Além disso, encontra-se ainda muito longe de ter autossuficiência alimentar. Desde 2001, abriu-se um canal de compras com os EUA, no valor aproximado de US\$ 400 milhões anuais, que supre cerca de um terço das importações cubanos em gêneros alimentícios (SANTISO, 2012).

Na atualidade, os principais parceiros nas exportações cubanas são a China, o Canada, a Venezuela e a Espanha – com participações de 25,5%, 23,3%, 10% e 5,6%, respectivamente. Nas importações, os principais parceiros são Venezuela, China, Espanha, Brasil, Canada e EUA – com participações de 35,2%, 11,7%, 8,5%, 4,6% e 4,1%, respectivamente.

Enquanto isso em 2004, no Haiti, teve início a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH – composta por nove mil funcionários da ONU, em sua grande maioria militares. O comando das tropas ficou a cargo do general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Em diversas entrevistas, Pereira declarou que o problema do Haiti não era militar, mas social e econômico. Ele cobrou dos países ricos ajuda à população, mas não recebeu resposta. Frustrado, pediu demissão, sendo substituído, em agosto de 2005, por outro brasileiro, o general Urano Teixeira da Matta Bacellar (VALLER, 2007).

Segundo Valler (2007), o general Pereira tinha motivos para sua decepção. De acordo com as estatísticas oficiais, 80% dos haitianos viviam, à época, abaixo da linha da pobreza e o analfabetismo chegava a 50,2% da população. Nas cidades, principalmente em Porto Príncipe, a maior parte das pessoas vivia em favelas. Na zona rural, a pobreza foi agravada pela seca que durou de dezembro de 2004 a outubro de 2005 e, no mesmo período, furacões arrasaram diversas regiões do país – esses fenômenos também atingiram Cuba, mas em menor intensidade.

Em 2006 ocorreu nova eleição presidencial, sob a orientação da ONU e da OEA, onde fora eleito novamente René Préval. Apesar de o novo presidente não ter apresentado um programa político durante a campanha, a orientação do Haiti já estava definida. Após a queda de Aristide, o Banco Mundial – BM – realizou encontros informais com governantes de diversos países no intuito de formular um plano econômico de médio prazo para o país. A tarefa foi repassada à trezentos especialistas, dos quais cem eram haitianos, que trabalharam sob orientação do BM, da USAID – *United States Agency for International Development* – e do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Do trabalho dos especialistas nasceu o Quadro de Cooperação Interina – CCI, como é conhecido, por sua sigla em francês – que serviria de fio condutor para o desenvolvimento haitiano até 2014. O CCI defendia a privatização de empresas estatais, a atração de investidores estrangeiros, a construção de zonas francas e o desenvolvimento do turismo. A MINUSTAH, por sua vez, entre 2004 e 2007 concentrou sua atuação nos problemas políticos, e de segurança, do Haiti. A estabilização institucional parecia surtir efeitos, pois já em 2005 houvera uma retomada do crescimento do PIB e da renda *per capita*. Em maio de 2007 a moeda nacional estava estabilizada e as reservas internacionais alcançaram US\$ 250 milhões (CCI, 2004).

Os ganhos macroeconômicos, no entanto, não se traduziram em melhorias nas condições de vida da maior parte da população. A enorme distância entre as camadas mais abastadas e as menos favorecidas continuou a ser característica marcante da sociedade haitiana. Diante desta situação, a comunidade internacional pressionou o governo do Haiti para que apresentasse um plano para redução da pobreza no país. Em 2007, foi lançada a Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza – DSNCRP, em francês – com o apoio da MINUSTAH. O DSNCRP constituía uma das condições impostas pelo BM para a liberação do pagamento de US\$ 1 bilhão em dívidas multilaterais do Haiti. Os efeitos dessa medida podem ser visualizados na expressiva diminuição da relação dívida/PIB haitiana no ano de 2010, conforme a Tabela 5.3.

Tabela 5.3 – Dívida externa pública como porcentagem do PIB

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cuba	53,10	43,10	44,10	41,80
Haiti	27,20	27,00	41,30	48,00	41,20	33,40	30,80
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cuba	40,00	43,60	39,10	35,90	34,40	32,40	31,50
Haiti	31,60	29,40	28,40	31,90	33,90	38,20	46,50
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cuba	15,20	13,80	14,80	15,20
Haiti	37,60	32,10	30,40	27,30	29,90	19,60	4,60

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Por fim, dois fatos marcaram os últimos anos do nosso estudo: primeiro, a saída de Fidel Castro da presidência de Cuba em 2008, após governar a ilha por

quarenta e nove anos. Seu irmão, Raul Castro, foi então eleito presidente. Apesar da troca de comando, notamos a continuidade das políticas econômicas adotadas até aquela data e, que conforme temos visto, parecem acertadas haja vista a manutenção do crescimento da renda nacional cubana mesmo diante de um cenário de crise financeira internacional (CUBA, 2012).

Em segundo lugar, o terremoto de proporções catastróficas que atingiu o Haiti em janeiro de 2010. O sismo, que chegou a 7,3 pontos na escala Richter, destruiu ou danificou seriamente cerca de 80% das edificações da capital Porto Príncipe, além de vitimar fatalmente mais de 200 mil pessoas. O número de desabrigados aproximou-se dos três milhões de pessoas e, segundo a ONU, esse foi o pior desastre já enfrentado pela organização desde sua criação em 1945. Os reflexos econômicos dessa tragédia se manifestaram em nossos gráficos anteriormente vistos, por exemplo, na Figura 5.3 temos a queda de 6,9% na taxa de crescimento do PIB *per capita* em 2010 e, na Figura 5.6 temos o aumento de aproximadamente 150% na balança de transferências correntes mais conta corrente e capital como fruto da maciça ajuda externa enviada ao Haiti naquele ano. Além disso, a MINUSTAH que estava prevista para encerrar suas atividades em 2010, em função desses acontecimentos teve sua duração prorrogada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos na introdução do presente estudo, nosso último capítulo foi estruturado de acordo com o objetivo principal de analisar as mudanças econômicas, política e sociais ocorridas nos últimos vinte e um anos em Cuba e no Haiti. A mudança de paradigma deu-se no começo dos anos 1990, por um lado, com a queda da URSS, e por outro, com a democratização do Haiti. Argumentamos, como hipótese primária, que o novo paradigma institucional tenderia a impulsionar o desenvolvimento do Haiti – retirando-o da situação de país mais pobre das Américas – e aproximaria os indicadores econômicos desse país aos de Cuba, que estava passando, desde meados da década de 1980, por uma profunda crise estrutural.

Entretanto, verificamos através do quinto capítulo que a nossa hipótese fundamental não se confirmou. Ambos os países apresentaram queda da renda real nacional entre 1990 e 1994 e, após esse período mostraram um aumento gradual, mas não linear, dessa medida até o final da série em 2010. Ao contrário de Cuba, que após 1995 – com exceção de 1998 – apresentou, ano após ano, taxas de crescimento do PIB *per capita* real positivas, o Haiti demonstrou incapacidade em sustentar aumentos consecutivos desse indicador, oscilando entre períodos de pequena expansão e outros de acentuada recessão.

A hipótese secundária levantada, de que o hiato entre as duas economias se manteria estável, ou aumentaria, em função da manutenção de instituições não capitalistas no Haiti e, do surgimento de instituições de mercado em Cuba, se mostrou parcialmente válida. Apesar de a economia cubana ter crescido mais do que a haitiana entre 1990-2010, as causas desse fato são outras. Por um lado, Cuba passou por reestruturação conjuntural de sua sociedade – exemplificada, entre outras medidas, através da reorientação das exportações para outros países que não os do antigo bloco socialista e da atração de IEDs em parceria com empresas privadas, enquanto manteve a estrutura institucional praticamente inalterada, com exceções pontuais – em geral na organização da burocracia. Por outro lado, o Haiti que apesar de ter realizado diversos investimentos em zonas de processamento de importações – evidenciados, por exemplo, no crescente grau de abertura da economia desde 1994 – e contar com ajuda financeira e técnica dos organismos internacionais, não conseguiu lograr sucesso no seu desenvolvimento em função das intermitentes crises políticas, e de legitimidade de seus governantes, e da

perpetuação de uma instituição débil e corrupta que é o Estado haitiano, na forma como vem sendo administrado nos últimos tempos.

Não obstante, ressaltamos que análise dos últimos vinte e um anos apenas, não é suficiente para traçarmos opinião sólida acerca da realidade dos dois países. Nesse intuito, fizemos uso dos capítulos dois e três para desenvolvermos os objetivos secundários de descrever as histórias econômicas de Cuba e Haiti. Naquelas seções percebemos que apesar da similaridade no processo de formação de ambas as sociedades, houve uma mudança institucional deveras relevante que, na opinião do autor, explica grande parte do atual abismo existente entre as nações estudadas: a forma como se deu a precoce independência do Haiti.

Vimos que durante a revolução pela independência, que durou de 1790 até 1804, as unidades produtoras foram devastadas, a ordem colonial foi destruída e a implantação de uma agricultura de subsistência tomou o espaço da antiga economia agroexportadora. Além disso, segundo Pierre-Charles (2003), proibiu-se aos estrangeiros o direito de possuir propriedades no país. A condução da guerra civil pelos escravos, fez com que esses, uma vez livres, se voltassem contra a estrutura socioeconômica da época. O preço pago foi o isolamento comercial do Haiti, por parte das potências europeias. A nova elite do país, composta em sua grande maioria por mulatos, possuía aspirações contrárias às dos escravos, o que levou a sociedade ao autoritarismo militar – exemplificado na secessão do país durante 1804-1820. As questões étnicas marcaram profundamente a estrutura social haitiana, e se fazem presentes até hoje.

Cuba, por seu turno, manteve-se integrada ao mercado internacional ininterruptamente desde a sua fundação, em 1510. Sendo concorrente direta do Haiti, sua importância comercial para a metrópole foi incrementada justamente após a revolução haitiana. Além disso, a independência cubana, ocorrida em 1897, deu-se em um contexto bastante diferente da haitiana, devido ao aumento do peso político internacional dos EUA, que de certa forma, beneficiou inicialmente o país devido às necessidades econômicas daquele.

Em meados do século XX, observamos uma nova mudança na orientação institucional dos países analisados. O Haiti, em 1957, sofreu um golpe militar infligido por François Duvalier – o Papa Doc – que modelou a economia do país através de um sistema dominado pelo clientelismo, pela corrupção institucionalizada e pela repressão política. Enquanto que em Cuba, no ano de 1959, ascendeu ao poder

Fidel Castro e, com ele, o modelo de economia socialista descrito no primeiro capítulo. Vimos que dessa época em diante, a distância entre as duas nações, que já era acentuada, aumentou ainda mais. A sociedade haitiana se empobreceu rapidamente, estando nos dias atuais ao nível de alguns países africanos – como nos mostra o seu IDH de 0,449 –, ao passo em que a cubana estabeleceu mecanismos eficientes de distribuição da riqueza, situando-se atualmente entre os países de alto desenvolvimento humano.

Para finalizarmos, destacamos que a partir de 2004, com a instalação da MINUSTAH, a situação política, e de segurança civil, do Haiti parece estar melhorando – embora seis anos seja um prazo ínfimo para tal análise. Contudo, os indicadores econômicos e sociais que vinham apresentando discreta melhora deprimiram-se novamente após o trágico terremoto que atingiu o país em 2010. Após mais de duzentos anos de independência os haitianos ainda não conseguiram estabelecer um Estado forte o suficiente para proporcionar as condições mínimas necessárias ao desenvolvimento do país. Rogamos para que no futuro tal intento seja alcançado.

REFERÊNCIAS

BROWN Catillo, Gerardo. **Cuba colonial**: ensayo histórico social de la integración de la sociedade cubana. Havana : J. Montero, 1952. 144p.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Os métodos da história**: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro : Graal, 1979. 528 p.

CARRANZA Valdés, Júlio. **Cuba**: La reestructuración de la economía. La Habana : Editorial de Ciencias Sociales, 1995. 211p.

CCI. **Cadre de Cooperation Interimaire**. 22 set. 2004. Disponível em : <http://haiticci.undg.org/index.cfm?Module=ActiveWeb&Page=CategoriesList&CategoryID=380>. Acesso em : 09 mai. 2012.

CEPAL. **Estudio económico de América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile : CEPAL, 1958.

_____. **Estudio económico da América Latina y del Caribe**: 2000-2001. Santiago do Chile : Naciones Unidas, 2001.

_____. **Globalización y desarrollo**. Brasília : CEPAL, 2002. 396 p.

CEPALSTAT. **Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas**. Comisión Económica para a América Latina y el Caribe. Disponível em : <http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>. Acesso em : 09 mai. 2012.

CHARADÁN López, Fernando. **La industria azucarera en Cuba**. La Habana : Editorial de Ciencias Sociales, 1982. 343 p.

CIA. **The World Factbook**. Central Intelligence Agency of Unites States of America. Disponível em : <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>. Acesso em : 09 mai. 2012.

CORREA, Anna Maria Martinez. **A América Latina de colonização espanhola**: antologia de textos históricos. 2ª ed. São Paulo : Hucitec, 1991. 264 p.

CUBA. **Sitio del Gobierno de la República de Cuba**. 9 mai. 2012. Disponível em : <http://www.cubagob.cu/mapa.htm> . Acesso em : 09 mai. 2012.

DUPAS, Gilberto (org.). **América Latina no início do Século XXI**: perspectivas econômicas, sociais e políticas. Rio de Janeiro : Konrad Adenauer : Ed. UNESP, 2005. 338 p.

ELY, Roland T. **La economía cubana entre las dos Isabeles, 1492-1832**. Havana : Editora Libería Martí, 1960. 146 p.

GALA, Paulo. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de economia política**, São Paulo, vol. 23, n. 2 (90), p. 89-103, abr./jun. 2003.

GRONDIN, Marcelo. **Haiti: cultura, poder e desenvolvimento**. São Paulo : Brasiliense, 1985. 103 p.

ILPES. **El sistema de dirección y planificación de la economía cubana**. Santiago de Chile : CEPAL, 1988. 201 p.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**. São Paulo : Boitempo, 2000.

LAFANTASIE, G. W. (ed.). **Foreign relations, 1961-1963 – American republics**. Washington : Unites States Government Printing Office, 1996. Disponível em : <http://www.state.gov/r/pa/ho/frus/kennedyjf/xii/>. Acesso em : 15 jun. 2009.

LANGE, Oskar. **Ensaio sobre planificação econômica**. 2. Ed. São Paulo : Nova Cultural, 1988. 280 p.

NAVARRO García, Luís. **La independência de Cuba**. Madrid : MAPFRE, 1992. 243 p.

NORTH, Douglass Cecil. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. 3. Ed. Rio de Janeiro : Instituto Liberal, 2006. 38p.

NURKSE, Ragnar. **Comercio internacional y desarrollo económico**. Buenos Aires : Amorrortu, 1968.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Informe del Secretario General sobre Haití**. 16 abr. 2004. Disponível em : <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/304/30/IMG/N0430430.pdf?OpenElement>. Acesso em : 09 mai. 2012.

PÉREZ Villanueva, O. **El papel de la inversión extranjera directa em el desarrollo económico**. La experiencia cubana. La Habana : Centro de Estudios de la Economía Cubana, 2003. 33p. Disponível em : https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/villanueva5_310803.pdf. Acesso em : 09 mai. 2012.

PIERRE-CHARLES, G. El difícil caminho del cambio democrático em Haití. **Perfiles Latinoamericanos**. México : n. 8, jan./jun. 1996.

_____. La economía del Haití : del impulso creador a la degradación. **Revista Casa de las Américas**. Cuba : n. 233, out./dez. 2003.

POMER, León. **As independências na América Latina**. 12ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1995. 141 p.

RICHARD, A. H. (ed.). **Haiti: a country estudy**. Washington : GPO for the Library of Congress, 1989. Disponível em : <http://countrystudies.us/haiti/>. Acesso em : 15 jun. 2009.

RIVEREND, Julio Le. **Historia económica de Cuba**. Havana : Editora Pueblo y Educación, 1975. 270 p.

RODRÍGUEZ, José Luis. **Erradicacion de la pobreza en Cuba**. La Habana : Editorial de Ciencias Sociales, 1987. 199 p.

RUTHERFORD, Malcolm. **Institutions in economics** : the old and new institutionalism. Cambridge : Cambridge University Press, 1996. 225 p.

SANTISO, J. (org.). **The Oxford Handbook of Latin American Political Economy**. Oxford : Oxford University Press, 2012. 640 p.

SMITH, A. **Riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo : Nova Cultura, 1988. 3 v.

SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, Oxford, n.70, p. 65-94, fev. 1956.

UNDATA. **United Nations Statistics Division**. Department of Economic and Social Affairs of United Nations. Disponível em : <http://data.un.org/Host.aspx?Content=About>. Acesso em : 09 mai. 2012.

VALLER Filho, Wladmir. **O Brasil e a crise haitiana**: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília : FUNAG, 2007. 396 p.

APÊNDICE A

Tabela A.1 – PIB a preços constantes de 2005 em milhões de dólares

	1990	1991	1992	1993	1994
Cuba	38.539,70	34.418,80	30.432,90	25.905,00	26.090,70
Haiti	4.271,20	4.351,60	4.120,50	3.896,70	3.431,30
A. Latina e Caribe	1.740.991,20	1.800.229,90	1.850.056,80	1.912.509,30	2.002.929,70
Caribe	30.511,90	30.530,10	30.358,80	30.614,40	31.374,10
	1995	1996	1997	1998	1999
Cuba	26.731,80	28.827,30	29.629,70	29.676,80	31.513,40
Haiti	3.770,70	3.926,90	4.033,20	4.121,20	4.232,80
A. Latina e Caribe	2.017.515,00	2.089.131,20	2.198.997,00	2.251.261,60	2.266.344,70
Caribe	32.389,20	33.537,90	34.761,80	35.937,40	37.445,20
	2000	2001	2002	2003	2004
Cuba	33.377,40	34.440,50	34.931,20	36.256,00	38.348,10
Haiti	4.269,70	4.225,10	4.214,40	4.229,70	4.080,80
A. Latina e Caribe	2.366.674,50	2.383.927,60	2.395.591,00	2.439.295,80	2.581.981,30
Caribe	38.815,30	39.578,00	40.968,50	43.454,40	45.078,50
	2005	2006	2007	2008	2009
Cuba	42.643,80	47.789,20	51.259,30	53.370,10	54.143,30
Haiti	4.154,30	4.247,90	4.389,90	4.426,90	4.554,30
A. Latina e Caribe	2.699.924,40	2.850.849,40	3.010.526,80	3.130.339,60	3.068.150,80
Caribe	46.685,80	50.244,70	51.829,80	52.347,10	50.744,70
	2010				
Cuba	55.436,50				
Haiti	4.307,70				
A. Latina e Caribe	3.250.825,50				
Caribe	50.825,00				

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.2 – PIB *per capita* a preços constantes de 2005 em dólares

	1990	1991	1992	1993	1994
Cuba	3.648,20	3.234,20	2.841,30	2.404,40	2.408,70
Haiti	600,80	600,00	556,90	516,50	446,20
A. Latina e Caribe	3.977,50	4.040,50	4.080,60	4.146,90	4.270,80
Caribe	5.142,70	5.108,80	5.037,10	5.035,30	5.114,80
	1995	1996	1997	1998	1999
Cuba	2.455,80	2.637,00	2.700,00	2.695,20	2.853,40
Haiti	481,10	491,80	495,80	497,50	502,10
A. Latina e Caribe	4.232,00	4.312,20	4.467,70	4.503,50	4.465,90
Caribe	5.234,20	5.372,90	5.523,90	5.663,90	5.854,50

	2000	2001	2002	2003	2004
Cuba	3.013,80	3.101,60	3.138,20	3.250,50	3.431,90
Haiti	497,70	484,40	475,50	469,80	446,10
A. Latina e Caribe	4.596,10	4.564,90	4.524,90	4.546,60	4.750,90
Caribe	6.016,00	6.088,90	6.253,80	6.585,00	6.779,70

	2005	2006	2007	2008	2009
Cuba	3.811,20	4.267,70	4.575,90	4.764,30	4.833,40
Haiti	446,90	449,60	457,00	453,30	458,80
A. Latina e Caribe	4.906,10	5.117,90	5.341,30	5.490,80	5.322,20
Caribe	6.976,40	7.461,30	7.651,30	7.683,40	7.409,10

	2010
Cuba	4.948,40
Haiti	427,00
A. Latina e Caribe	5.578,40
Caribe	7.382,00

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.3 – Taxa de crescimento do PIB a preços constantes de 2005 (porcentagem)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cuba	-2,90	-10,70	-11,60	-14,90	0,70	2,50	7,80
Haiti	1,00	1,90	-5,30	-5,40	-11,90	9,90	4,10
A. Latina e Caribe	0,40	3,40	2,80	3,40	4,70	0,70	3,50
Caribe	1,90	0,10	-0,60	0,80	2,50	3,20	3,50

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cuba	2,80	0,20	6,20	5,90	3,20	1,40	3,80
Haiti	2,70	2,20	2,70	0,90	-1,00	-0,30	0,40
A. Latina e Caribe	5,30	2,40	0,70	4,40	0,70	0,50	1,80
Caribe	3,60	3,40	4,20	3,70	2,00	3,50	6,10

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cuba	5,80	11,20	12,10	7,30	4,10	1,40	2,40
Haiti	-3,50	1,80	2,30	3,30	0,80	2,90	-5,40
A. Latina e Caribe	5,80	4,60	5,60	5,60	4,00	-2,00	6,00
Caribe	3,70	3,60	7,60	3,20	1,00	-3,10	0,20

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.4 – Taxa de crescimento do PIB *per capita* a preços constantes de 2005 (porcentagem)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cuba	-3,80	-11,30	-12,20	-15,40	0,20	2,00	7,40
Haiti	-1,00	-0,10	-7,20	-7,20	-13,60	7,80	2,20
A. Latina e Caribe	-1,40	1,60	1,00	1,60	3,00	-0,90	1,90
Caribe	1,30	-0,70	-1,40	0,00	1,60	2,30	2,70

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cuba	2,40	-0,20	5,90	5,60	2,90	1,20	3,60
Haiti	0,80	0,30	0,90	-0,90	-2,70	-1,80	-1,20
A. Latina e Caribe	3,60	0,80	-0,80	2,90	-0,70	-0,90	0,50
Caribe	2,80	2,50	3,40	2,80	1,20	2,70	5,30
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cuba	5,60	11,10	12,00	7,20	4,10	1,40	2,40
Haiti	-5,00	0,20	0,60	1,70	-0,80	1,20	-6,90
A. Latina e Caribe	4,50	3,30	4,30	4,40	2,80	-3,10	4,80
Caribe	3,00	2,90	7,00	2,50	0,40	-3,60	-0,40

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.5 – Formação Bruta de Capital Fixo a preços constantes de 2005 (porcentagem do PIB)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cuba	21,10	18,70	12,50	10,40	7,50	7,60	9,70
Haiti	13,60	14,00	14,70	11,50	8,50	17,30	18,50
A. Latina e Caribe	17,20	17,50	18,20	18,40	19,10	17,80	18,10
Caribe	17,70	17,70	15,80	14,70	18,70	19,30	20,90
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cuba	10,00	10,40	10,40	10,70	10,10	9,10	8,20
Haiti	19,40	18,40	22,20	26,00	26,00	26,70	27,40
A. Latina e Caribe	19,50	19,90	18,60	18,70	18,20	17,20	16,80
Caribe	26,30	26,60	20,60	19,80	22,20	19,10	23,40
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cuba	8,30	9,00	11,50	11,00	11,40	10,10	9,60
Haiti	27,50	27,40	27,40	27,30	27,90	28,00	27,70
A. Latina e Caribe	17,60	18,60	19,80	21,00	22,10	20,50	21,80
Caribe	20,30	27,80	19,70	18,60	18,10	22,50	20,00

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.6 – Taxa de crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo a preços constantes de 2005

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cuba	-3,60	-20,50	-41,30	-28,90	-27,60	4,80	37,10
Haiti	10,60	4,60	-0,60	-26,00	-34,80	123,40	11,80
A. Latina e Caribe	-2,80	5,10	6,80	4,60	8,90	-6,00	5,30
Caribe	-4,30	0,20	-12,70	-7,20	30,70	7,70	14,20
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cuba	5,70	4,20	5,70	9,60	-2,80	-8,90	-6,60
Haiti	7,60	-3,20	24,00	18,30	-1,20	2,50	3,10
A. Latina e Caribe	13,40	4,40	-6,20	5,10	-2,00	-4,80	-0,70
Caribe	33,90	7,80	-16,50	1,60	16,50	-9,10	33,20

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cuba	7,20	20,60	44,10	2,40	7,60	-9,60	-3,00
Haiti	-3,20	1,40	2,20	3,10	2,80	3,20	-6,40
A. Latina e Caribe	11,10	10,60	11,90	12,10	9,50	-9,10	12,80
Caribe	-8,50	43,10	-21,90	-2,40	-0,90	-9,10	-9,90

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.7 – Dívida externa pública em milhões de dólares

	1990	1991	1992	1993	1994
Cuba	8.784,70	9.082,80
Haiti	841,00	809,00	872,50	866,30	875,10
	1995	1996	1997	1998	1999
Cuba	10.504,00	10.456,00	10.146,00	11.208,90	11.078,00
Haiti	901,20	914,30	1.024,90	1.104,20	1.162,30
	2000	2001	2002	2003	2004
Cuba	10.961,30	10.893,00	10.900,00	11.300,00	5.806,00
Haiti	1.170,30	1.188,80	1.228,80	1.315,80	1.375,90
	2005	2006	2007	2008	2009
Cuba	5.898,20	7.793,70	8.908,20
Haiti	1.334,90	1.484,20	1.628,10	1.917,40	1.272,30
	2010				
Cuba	...				
Haiti	307,20				

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.8 – Esperança de vida ao nascer (em anos)

	1990-1995	1995-2000	2000-2005	2005-2010
Cuba	74,8	76,2	77,2	78,7
Haiti	55,3	56,9	58,1	60,1
A. Latina e Caribe	68,9	70,6	72,1	73,4
Caribe	67,8	69,1	70,2	71,6

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.9 – População total em milhares de pessoas

	1990	1991	1992	1993	1994
Cuba	10.601	10.680	10.752	10.817	10.877
Haiti	7.110	7.255	7.400	7.546	7.692
	1995	1996	1997	1998	1999
Cuba	10.932	10.983	11.026	11.066	11.103
Haiti	7.838	7.986	8.136	8.286	8.434

	2000	2001	2002	2003	2004
Cuba	11.139	11.190	11.227	11.255	11.276
Haiti	8.578	8.723	8.863	8.998	9.130
	2005	2006	2007	2008	2009
Cuba	11.293	11.304	11.307	11.305	11.301
Haiti	9.261	9.389	9.514	9.637	9.760
	2010				
Cuba	11.298				
Haiti	9.884				

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.10 – Taxa de crescimento da população total (por 100 habitantes)

	1990-1995	1995-2000	2000-2005	2005-2010
Cuba	0,62	0,38	0,27	0,01
Haiti	1,95	1,80	1,53	1,30

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.11 – Taxa de crescimento da população urbana (por 100 habitantes)

	1990-1995	1995-2000	2000-2005	2005-2010
Cuba	1,01	0,79	0,55	0,31
Haiti	4,22	3,92	3,49	3,26

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.12 – Taxa de crescimento da população rural (por 100 habitantes)

	1990-1995	1995-2000	2000-2005	2005-2010
Cuba	-0,48	-0,87	-0,87	-1,09
Haiti	0,87	0,61	0,36	0,39

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.13 – Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)

	1990-1995	1995-2000	2000-2005	2005-2010
Cuba	15,3	9,6	6,1	5,1
Haiti	85,5	70,3	56,3	48,8
A. Latina e Caribe	38,2	31,8	25,8	21,8
Caribe	49,0	41,7	38,2	34,5

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.14 – Acesso ao saneamento básico (porcentagem da população)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cuba	80,0	80,0	82,0	82,0	82,0	83,0	83,0
Haiti	26,0	26,0	27,0	27,0	26,0	25,0	24,0
A. Latina e Caribe	68,0	68,0	69,0	70,0	71,0	71,0	72,0
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cuba	84,0	85,0	86,0	86,0	87,0	87,0	87,0
Haiti	23,0	23,0	22,0	22,0	21,0	21,0	20,0
A. Latina e Caribe	73,0	73,0	74,0	75,0	75,0	76,0	77,0
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cuba	88,0	89,0	90,0	90,0	91,0	91,0	91,0
Haiti	19,0	19,0	18,0	18,0	17,0	17,0	17,0
A. Latina e Caribe	77,0	78,0	78,0	79,0	78,0	78,0	79,0

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.15 – Índice do salário mínimo real (2000=100)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cuba
Haiti	225	195	187	144	104	195	161
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cuba	100	90	94	92
Haiti	139	123	114	100	88	81	108
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cuba	94	207	197	184	181	183	180
Haiti	92	80	70	65	56	72	114

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.16 – Índice de preços ao consumidor (2000=100)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cuba
Haiti	100	115	131	166	243	228	63
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cuba	100	100	112	106	108
Haiti	73	81	88	100	114	125	174
	2004	2005	2006	2007	2008		
Cuba	106	109	114	123	125		
Haiti	214	255	287	311	360		

Fonte: UNDATA (2012).

Tabela A.17 – Usuários de internet (por 100 habitantes)

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Cuba	0,00	0,03	0,07	0,23
Haiti	0,01	...	0,02
Brasil	0,01	0,03	0,04	0,11	0,45	0,79	1,48

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Cuba	0,31	0,54	1,08	3,77	5,24	8,41	9,74
Haiti	0,07	0,23	0,34	0,89	1,65	5,40	6,38
Brasil	2,04	2,87	4,53	9,15	13,21	19,07	21,02

	2006	2007	2008	2009	2010
Cuba	11,16	11,69	12,94	14,33	15,12
Haiti	6,80	7,20	7,60	8,10	8,37
Brasil	28,18	30,88	33,83	39,22	40,65

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.18 – Superfície coberta por florestas (porcentagem do território)

	1990	2000	2005	2010
Cuba	18,7	22,2	24,6	26,1
Haiti	4,2	4,0	3,8	3,7

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.19 – Participação setorial no PIB cubano a preços correntes (porcentagem)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Agricultura (1)	12,00	11,80	11,50	8,80	7,30	6,30	7,10
Minas (2)	0,60	0,60	0,80	0,70	0,60	0,70	1,30
Indústria (3)	11,40	12,50	14,20	14,30	17,10	18,30	17,70
Eletricidade (4)	2,00	2,30	2,00	1,60	1,40	1,70	1,70
Construção	8,50	7,20	5,90	5,70	4,80	4,80	6,00
Comércio	30,50	23,00	18,40	20,10	26,30	28,30	25,90
Transporte (5)	9,70	9,90	8,80	7,60	6,40	6,10	6,80
Int. financeira (6)	7,70	9,60	9,50	10,50	7,50	6,40	6,70
Adm. Pública (7)	28,90	34,20	37,10	38,40	29,50	25,90	25,30
Subtotal	100,40	100,40	100,10	98,70	98,70	99,10	98,50

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Agricultura (1)	7,20	6,10	6,10	6,60	6,40	5,90	5,70
Minas (2)	1,40	1,30	1,20	1,40	1,40	1,50	1,60
Indústria (3)	18,30	16,90	16,60	16,40	16,10	15,40	14,20
Eletricidade (4)	1,80	1,80	1,80	2,00	2,00	1,70	1,70
Construção	6,10	5,90	5,70	5,80	5,40	5,10	5,00
Comércio	25,20	26,30	25,30	24,90	25,40	25,70	25,90
Transporte (5)	6,90	8,00	8,70	9,20	9,30	9,10	8,80
Int. financeira (6)	6,50	6,70	7,00	6,60	6,20	6,00	5,70
Adm. Pública (7)	25,30	25,50	26,20	25,80	26,60	28,60	30,30
Subtotal	98,70	98,60	98,60	98,70	98,70	99,10	99,00

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Agricultura (1)	5,50	4,40	3,40	3,90	3,80	3,90	3,60
Minas (2)	1,50	1,30	1,50	1,90	1,80	1,70	2,00
Indústria (3)	13,80	12,60	12,00	12,70	12,90	13,20	13,80
Eletricidade (4)	1,50	1,30	1,90	1,90	1,70	1,60	1,60
Construção	5,30	5,60	6,30	5,50	5,40	5,40	5,00
Comércio	24,70	23,70	27,40	25,70	23,90	23,40	23,70
Transporte (5)	8,70	8,50	7,60	7,50	7,80	8,00	8,00
Int. financeira (6)	5,70	5,20	4,60	4,50	4,50	4,20	4,40
Adm. Pública (7)	32,30	36,20	34,30	35,20	36,60	37,40	37,00
Subtotal	99,00	98,80	98,90	98,90	98,50	98,90	99,00

Fonte: CEPALSTAT (2012).

(1) Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca. (2) Exploração de minas e pedreiras. (3) Indústrias manufatureiras. (4) Fornecimento de eletricidade, gás e água. (5) Transporte, armazenamento e comunicações. (6) Intermediação financeira, atividades imobiliárias e de aluguel. (7) Administração pública, defesa, seguridade social, ensino, serviços sociais e de saúde e outros.

Tabela A.20 – Participação setorial no PIB haitiano a preços correntes (porcentagem)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Agricultura (1)	29,70	29,90	34,10	30,80	33,90	23,60	19,50
Minas (2)	0,20	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,20
Indústria (3)	13,70	11,50	11,40	13,20	13,50	19,20	14,20
Eletricidade (4)	2,40	1,30	1,10	1,20	0,90	1,30	1,10
Construção	6,80	13,10	10,30	9,60	7,80	9,70	19,50
Comércio	22,20	18,80	18,50	21,00	19,70	17,10	17,70
Transporte (5)	4,60	5,10	5,30	5,60	6,80	7,30	6,40
Int. financeira (6)	10,10	9,40	10,10	11,40	12,30	11,70	11,40
Adm. Pública (7)	6,70	7,00	7,00	4,90	4,20	6,80	5,60
Subtotal	96,40	96,10	98,00	97,90	99,10	96,80	95,50
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Agricultura (1)	20,80	21,20	22,60	22,60
Minas (2)	0,20	0,20	0,20	0,20
Indústria (3)	10,80	9,60	10,10	9,60
Eletricidade (4)	1,10	0,90	0,80	0,70
Construção	20,00	24,20	22,10	20,40
Comércio	19,40	17,40	17,30	18,30
Transporte (5)	5,70	8,60	8,90	9,70
Int. financeira (6)	10,30	9,60	8,80	9,20
Adm. Pública (7)	6,70	5,70	5,70	5,80
Subtotal	95,00	97,40	96,40	96,50

Fonte: CEPALSTAT (2012).

(1) Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca. (2) Exploração de minas e pedreiras. (3) Indústrias manufatureiras. (4) Fornecimento de eletricidade, gás e água. (5) Transporte, armazenamento e comunicações. (6) Intermediação financeira, atividades imobiliárias e de aluguel. (7) Administração pública, defesa, seguridade social, ensino, serviços sociais e de saúde e outros.

Tabela A.21 – Principais componentes da balança de pagamentos cubana em milhões de dólares

	1990	1991	1992	1993	1994
B. de bens e serviços (1)	-2.076,30	-1.138,20	-215,40	-370,00	-309,00
B. de renda (2)	-455,70	-333,50	-247,80	-264,00	-423,00
Transferências correntes (3)	-13,10	17,90	43,40	263,00	470,00
Conta corrente (4)	-2.545,10	-1.453,80	-419,80	-371,00	-262,00
C. capital e financeira (5)	2.621,10	1.420,80	418,80	356,00	262,00
Balanço global	76,00	-33,00	-1,00	-15,00	0,00
FMI (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1995	1996	1997	1998	1999
B. de bens e serviços (1)	-638,90	-417,90	-745,50	-756,70	-746,60
B. de renda (2)	-524,80	-492,60	-482,90	-448,70	-514,10
Transferências correntes (3)	646,20	743,70	791,70	813,00	798,90
Conta corrente (4)	-517,50	-166,80	-436,70	-392,40	-461,80
C. capital e financeira (5)	596,20	174,40	457,40	409,40	484,90
Balanço global	78,70	7,60	20,70	17,00	23,10
FMI (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2000	2001	2002	2003	2004
B. de bens e serviços (1)	-814,40	-916,00	-563,00	-245,00	-208,00
B. de renda (2)	-622,20	-502,20	-600,00	-650,00	-650,00
Transferências correntes (3)	740,40	812,90	820,00	915,00	974,00
Conta corrente (4)	-696,20	-605,30	-343,00	20,00	116,00
C. capital e financeira (5)	805,40	594,50	300,00	200,00	800,00
Balanço global	109,20	-10,80	-43,00	220,00	916,00
FMI (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2005	2006	2007	2008	2009
B. de bens e serviços (1)	1.140,00	125,00	1.647,00
B. de renda (2)	-633,20	-618,00	-960,00
Transferências correntes (3)	-367,20	277,70	-199,00
Conta corrente (4)	140,20	-215,00	488,00
C. capital e financeira (5)	0,00	0,00	0,00
Balanço global
FMI (6)
	2010				
B. de bens e serviços (1)	...				
B. de renda (2)	...				
Transferências correntes (3)	...				
Conta corrente (4)	...				
C. capital e financeira (5)	...				
Balanço global	...				
FMI (6)	...				

Fonte: CEPALSTAT (2012).

(1) Balança de bens e serviços. (2) Balança de renda. (3) Balanço das transferências correntes. (4) Balanço da conta corrente. (5) Conta capital e financeira. (6) Uso de créditos e empréstimos do FMI e financiamentos excepcionais.

Tabela A.22 – Principais componentes da balança de pagamentos haitiana em milhões de dólares

	1990	1991	1992	1993	1994
B. de bens e serviços (1)	-196,60	-307,70	-135,80	-174,60	-168,40
B. de renda (2)	-18,20	-18,00	-11,90	-10,60	-11,20
Transferências correntes (3)	192,90	234,20	155,00	173,40	156,20
Conta corrente (4)	-21,90	-91,50	7,30	-11,80	-23,40
C. capital e financeira (5)	-13,30	104,20	-13,60	-11,20	-26,30
Balanço global	-35,20	12,70	-6,30	-23,00	-49,70
FMI (6)	-7,00	-4,50	0,00	0,00	0,00
	1995	1996	1997	1998	1999
B. de bens e serviços (1)	-609,30	-590,30	-512,00	-566,70	-720,90
B. de renda (2)	-30,60	-9,90	-13,60	-11,10	-12,60
Transferências correntes (3)	552,90	462,50	477,90	606,50	673,70
Conta corrente (4)	-87,10	-137,70	-47,70	28,70	-59,80
C. capital e financeira (5)	225,20	87,40	77,60	5,50	86,30
Balanço global	138,10	-50,40	29,90	34,20	26,50
FMI (6)	-6,60	-2,60	20,60	-5,30	10,00
	2000	2001	2002	2003	2004
B. de bens e serviços (1)	-862,70	-874,00	-828,90	-946,50	-1.036,70
B. de renda (2)	-9,20	-9,50	-13,70	-14,30	-11,90
Transferências correntes (3)	760,70	749,60	753,70	916,70	993,00
Conta corrente (4)	-111,10	-133,90	-89,00	-44,10	-55,60
C. capital e financeira (5)	64,10	131,50	8,40	35,90	91,10
Balanço global	-47,10	-2,40	-80,60	-8,20	35,40
FMI (6)	-15,50	-4,20	3,30	-14,90	-6,70
	2005	2006	2007	2008	2009
B. de bens e serviços (1)	-1.247,80	-1.452,50	-1.594,50	-2.020,80	-1.874,60
B. de renda (2)	-35,00	6,60	2,20	5,50	12,80
Transferências correntes (3)	1.289,90	1.360,80	1.517,30	1.726,20	1.635,20
Conta corrente (4)	7,00	-85,00	-75,10	-289,10	-226,60
C. capital e financeira (5)	26,90	179,00	273,10	386,70	76,20
Balanço global	33,90	94,00	198,10	97,60	-150,50
FMI (6)	8,50	12,40	23,20	49,20	64,80
	2010				
B. de bens e serviços (1)	-3.273,50				
B. de renda (2)	21,40				
Transferências correntes (3)	3.096,80				
Conta corrente (4)	-155,20				
C. capital e financeira (5)	1.139,30				
Balanço global	984,10				
FMI (6)	123,80				

Fonte: CEPALSTAT (2012).

(1) Balança de bens e serviços. (2) Balança de renda. (3) Balanço das transferências correntes. (4) Balanço da conta corrente. (5) Conta capital e financeira. (6) Uso de créditos e empréstimos do FMI e financiamentos excepcionais.

Tabela A.23 – Índice do volume de exportação de bens e serviços f.o.b. (2005=100)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cuba
Haiti	41,5	44,8	19,9	21,1	14,3	19,1	18,8
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cuba	97,0	93,8	97,0	107,6	95,2	95,2	89,7
Haiti	46,8	69,6	82,1	79,1	74,0	66,5	79,3
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cuba	98,2	100,0	104,0	105,6
Haiti	85,4	100,0	105,6	108,1	98,1	100,2	103,6

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.24 – Índice do volume de importação de bens e serviços f.o.b. (2005=100)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cuba
Haiti	43,4	43,3	21,1	26,0	16,1	46,4	42,5
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cuba	63,5	68,8	72,7	73,9	71,8	64,3	66,1
Haiti	49,1	79,3	96,4	98,5	98,3	90,5	99,5
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cuba	73,5	100,0	122,7	115,1
Haiti	99,9	100,0	111,6	115,9	99,6	112,9	152,0

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.25 – Valor das exportações de bens e serviços f.o.b. em milhões de dólares

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cuba	5.940,4	3.563,4	2.521,6	1.969,0	2.541,0	3.035,5	3.795,0
Haiti	318,0	224,2	111,9	116,1	67,0	192,4	191,6
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cuba	3.974,1	4.132,3	4.310,8	4.789,4	4.193,0	3.872,0	4.650,0
Haiti	379,1	473,8	531,3	504,2	444,9	421,1	470,5
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cuba	5.630,0	8.919,3	9.834,0	12.022,0
Haiti	509,8	605,1	689,1	789,9	833,0	929,6	802,4

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.26 – Valor das importações de bens e serviços f.o.b. em milhões de dólares

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cuba	8.016,7	4.701,6	2.737,0	2.339,0	2.850,0	3.674,4	4.212,9
Haiti	514,6	531,9	247,7	290,7	235,4	801,7	781,9
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cuba	4.719,6	4.889,0	5.057,4	5.603,7	5.109,0	4.435,0	4.895,0
Haiti	891,1	1.040,5	12.521,0	1.366,8	1.318,9	1.250,0	1.417,0
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cuba	5.838,0	7.779,3	9.709,0	10.375,0
Haiti	1.546,5	1.852,9	2.141,6	2.384,5	2.853,8	2.804,2	4.075,9

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.27 – População urbana (porcentagem de habitantes)

	1990	1995	2000	2005	2010
Cuba	71,75	73,24	74,84	76,15	77,40
Haiti	30,52	34,18	37,99	41,74	45,26
A. Latina e Caribe	70,32	73,04	75,48	77,74	79,63
Caribe	55,84	58,84	61,34	64,26	66,83

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.28 – População rural (porcentagem de habitantes)

	1990	1995	2000	2005	2010
Cuba	28,25	26,76	25,16	23,85	22,60
Haiti	69,48	65,82	62,01	58,26	54,74
A. Latina e Caribe	29,68	26,96	24,52	22,26	20,37
Caribe	44,16	41,16	38,66	35,74	33,17

Fonte: CEPALSTAT (2012).

Tabela A.29 – Grau de abertura da economia a preços correntes (porcentagem do PIB)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cuba	68,3	49,0	33,8	27,8	26,7	28,2	32,6
Haiti	46,4	39,8	32,5	48,8	31,1	37,8	40,2
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cuba	32,8	32,5	31,9	31,1	29,4	24,7	26,6
Haiti	36,9	36,5	41,9	46,1	48,5	48,1	63,7
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cuba	31,3	39,4	37,2	38,0	44,9	32,6	39,8
Haiti	59,4	57,0	59,5	52,2	56,9	57,0	74,5

Fonte: CEPALSTAT (2012).